

# Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**SPIC Brasil Energia Participações S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### Índice

Relatório da administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas...	8
<b>Demonstrações contábeis individuais e consolidadas</b>	
Balancos patrimoniais.....	14
Demonstrações dos resultados.....	16
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	18
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
Demonstrações dos valores adicionados.....	20
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	21

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

# 1 – MENSAGEM DA CEO

Prezados acionistas, investidores e parceiros,

2025 foi um ano de consolidação e de avanços consistentes para a SPIC Brasil. Seguimos fortalecendo nosso portfólio de energia renovável, com a entrada em operação de novos complexos solares, investimentos contínuos em projetos eólicos e decisões estratégicas sempre orientadas pelo crescimento sustentável e pela geração de valor no longo prazo.

Nosso desempenho operacional e financeiro reflete essa trajetória responsável e disciplinada. Ampliamos receitas, fortalecemos nossa estrutura de capital e avançamos em eficiência, em um cenário que exigiu ainda mais foco, resiliência e visão estratégica.

Esse caminho ganhou um reconhecimento importante em 2025 com a conquista do rating AAA da Fitch Ratings, que reforça a credibilidade da companhia, a solidez do nosso modelo de negócios, a confiança do mercado na nossa governança e na estratégia adotada.

Nada disso seria possível sem o empenho do nosso time e a parceria de investidores e stakeholders que compartilham da nossa visão.

Seguimos preparados para os desafios e oportunidades que estão por vir, contribuindo ativamente para a transição energética e para um futuro mais sustentável para o Brasil.

**Seguimos juntos, energizando o futuro!**

Adriana Waltrick

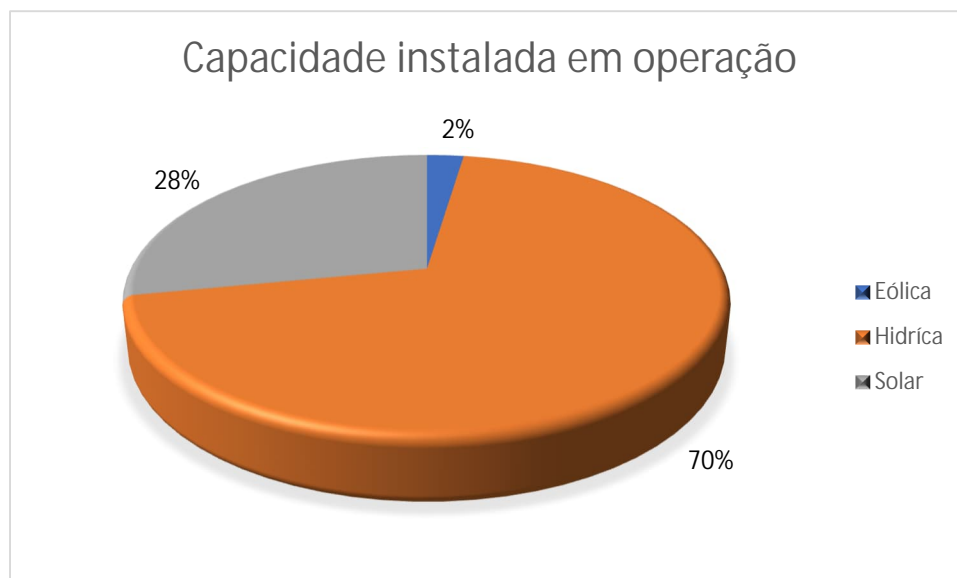
CEO



## 4 – Portfólio

Atualmente, a SPIC Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total em operação de 2.458 MW, sendo 1.710 MW hídrico, 58 MW eólico e 690 MW solar.

A Companhia possui, em fase de construção 4 parques eólicos. Os projetos têm sua conclusão prevista em agosto de 2026.



### 4.1 – Ativos em operação

Fonte	Ativo	Localização (Estado)	Participação SPIC %	Capacidade Instalada MW	Entrada Operação	Vencimento Concessão/Autorização
Eólica	Millennium	PB	100	10	2007	2034
Eólica	Vale dos Ventos	PB	100	48	2009	2034
Hídrica	UHE São Simão	MG	51	1.710	2018	2048
Solar	Complexo Panati-Sitiá	CE	70	240	2024	2056
Solar	Complexo Marangatu	PI	70	360	2024	2056
Solar	Complexo Luiz Gonzaga	PE	70	90	2024	2056
<b>Total Portfólio</b>				<b>2.458</b>		

### 4.2 – Volume contratado

#### Fonte Hídrica

Ativo	Tipo	Garantia Física (MWm)	Energia contratada (MWm)	Prazo
UHE São Simão	ACR	841,4	841,4	2048
UHE São Simão	ACL	360,6	-	Negociado com terceiros
<b>Total portfólio</b>		<b>1.202,0</b>	<b>841,4</b>	

## **Fonte Eólica**

Ativo	Tipo	Energia contratada (MWm)	Prazo
Millennium	ACR	10	2027
Vale dos Ventos	ACR	48	2029
<b>Total portfólio</b>		<b>58</b>	

## **Fonte Solar**

Ativo	Tipo	Energia contratada (MWm)	Prazo
Complexo Panati-Sitiá	CCEIAL	45	2038
Complexo Marangatu	CCEIAL	76	2038
Complexo Marangatu	CCEIAL	9	2041
Complexo Luiz Gonzaga	CCEAR 25-44	3	2044
Complexo Luiz Gonzaga	CCEAR 26-40	17	2040
Complexo Luiz Gonzaga	CCEIAL	6	2033
<b>Total portfólio</b>		<b>156</b>	

# 5 – Desempenho operacional

## **Fonte Hídrica**

A geração líquida total da Usina de São Simão alcançou 8.953.672 MWh<sup>(1)</sup> em 2025, o que representa uma variação de 1,06% em relação aos 9.049.733 MWh<sup>(1)</sup> gerados em 2024. Essa redução decorreu, principalmente, do despacho otimizado realizado pelo ONS, que influenciou o volume de geração no período.

A receita proveniente das vendas no ACL totalizou R\$ 425.900 em 2025, apresentando um crescimento de 6,13% frente aos R\$ 400.530 registrados em 2024. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, por: i) melhora no preço médio de venda; e ii) maior efeito positivo da modulação.

## **Fonte Eólica**

A geração eólica líquida total em 2025 foi de 126.565 MWh<sup>(1)</sup>, uma variação de 3,68% em relação a geração do ano de 2024 de 122.072 MWh<sup>(1)</sup>.

A receita bruta relacionada à venda no mercado regulado o PROINFA para o ano de 2025 foi de R\$ 99.267, uma variação de 6,06% em relação a receita bruta do ano de 2024 de R\$ 93.599. O principal fator que contribuiu com tal variação foi o aumento da tarifa decorrente da variação de 4,39% do IGP-M para o ciclo de 2025/2026. Além disso, houve o aumento na geração de energia elétrica de 2025.

## Fonte Solar

A geração líquida do complexo solar de Panati-Sitiá em 2025 foi de 464.156 MWh<sup>(1)</sup>, sendo 22% superior a geração verificada em 2024 de 380.418 MWh<sup>(1)</sup>, referente ao primeiro ano de operação da usina.

Para o complexo solar de Marangatu, foi verificada geração líquida em 2025 de 606.740 MWh<sup>(1)</sup>, sendo 15,80% superior a geração verificada em 2024 de 523.948 MWh<sup>(1)</sup>, referente a operação comercial da usina a partir de abril de 2024.

A receita relacionada aos contratos de venda para 2025, no complexo Panati-Sitiá foi R\$ 104.805 e no complexo Marangatu foi R\$ 162.567, totalizando R\$ 267.372. Este aumento de 65% está relacionado principalmente a entrada em operação do complexo solar Panati-Sitiá entre janeiro e fevereiro de 2024 e do complexo Marangatu em abril de 2024.

O *curtailment* de origem elétrica foi muito elevado até a entrada em operação da linha de transmissão de Jaguaruana/Pacatuba em outubro de 2024, que impactou muito a geração deste do complexo Marangatu.

A geração líquida do Complexo Luiz Gonzaga em 2025 foi de 227.293 MWh<sup>(1)</sup>, com receita relacionada aos contratos de venda de R\$ 43.143.

(1) informação não auditada.

## 6 – Desempenho financeiro

### Informações por segmento de geração

2025	Hídrica	Solar	Eólica
Receita operacional líquida	1.904.192	294.470	89.835
Custo de operação	(446.456)	(315.189)	(36.811)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.457.736</b>	<b>(20.719)</b>	<b>53.024</b>
Administrativas e gerais	(106.702)	(3.363)	(15.656)
Outras (despesas) receitas operacionais	2.496	268	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.353.530</b>	<b>(23.814)</b>	<b>37.368</b>
Depreciação/amortização	109.031	114.976	19.009
<b>EBITDA</b>	<b>1.462.561</b>	<b>91.162</b>	<b>56.377</b>

2024	Hídrica	Solar	Eólica
Receita operacional líquida	1.889.467	155.702	84.941
Custo de operação	(426.744)	(167.975)	(35.201)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.462.723</b>	<b>(12.273)</b>	<b>49.740</b>
Administrativas e gerais	(110.490)	(9.118)	(17.065)
Outras receitas operacionais	2.302	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.354.535</b>	<b>(21.391)</b>	<b>32.675</b>
Depreciação/amortização	101.087	84.098	17.101
<b>EBITDA</b>	<b>1.455.622</b>	<b>62.707</b>	<b>49.776</b>

## Informações Consolidadas

	2025	2024	var.	%
Receita operacional líquida (1)	2.283.603	2.152.793	130.810	6,1%
Custo de operação (2)	(793.536)	(642.831)	(150.705)	23,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.490.067</b>	<b>1.509.962</b>	<b>(19.895)</b>	<b>-1,3%</b>
Administrativas e gerais (3)	(166.896)	(178.071)	11.175	-6,3%
Outras (despesas) receitas operacionais (4)	11.322	2.302	9.020	391,8%
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.334.493</b>	<b>1.334.193</b>	<b>300</b>	<b>0,0%</b>
Depreciação/amortização (2)	250.140	205.477	44.663	21,7%
<b>EBITDA</b>	<b>1.584.633</b>	<b>1.539.670</b>	<b>44.963</b>	<b>2,9%</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>4.972.758</b>	<b>4.685.768</b>	<b>286.990</b>	<b>6,1%</b>

- (1) O principal aumento da receita foi decorrente da entrada em operação dos complexos solares Panati e Marangatu em complemento a aquisição do complexo solar de Luiz Gonzaga gerando uma receita operacional líquida de R\$ 138.768.
- (2) O aumento do custo de operação foi decorrente da entrada em operação dos complexos solares Panati-Sitiá, Marangatu, com os custos de 2024 a partir de abril frente ao ano completo de 2025, em complemento a aquisição do complexo solar Luiz Gonzaga e os principais fatores foram: i) Custos com compra de energia elétrica para suprir os contratos de venda de energia elétrica no valor de R\$ 80.954; ii) R\$ Custos com encargos de uso do sistema de transmissão no valor de R\$ 12.386; iii) Custos com operação e manutenção dos parques solares no valor de R\$ 12.168 e; iv) Custos com depreciação dos ativos imobilizados operacionais no valor de R\$ 29.099.
- (3) Redução nos gastos administrativos de Panati e Marangatu, principalmente em Marangatu após entrada em operação a partir de abril de 2024.
- (4) Aumento de 8.557 em outras receitas decorrente da compra vantajosa na controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. decorrente da aquisição do complexo solar de Luiz Gonzaga.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Dívida bruta</b>		
Financiamento e Empréstimos - Moeda Estrangeira	994.950	1.890.662
Financiamento e Empréstimos - Moeda Nacional	1.624.424	1.224.836
Debêntures	3.254.655	2.274.623
Derivativos a Pagar	2.622	41.951
	<u>5.876.651</u>	<u>5.432.072</u>
<b>(-) Ativos financeiros</b>		
Alta Liquidez	803.703	421.037
Derivativos a receber	100.189	325.267
	<u>903.893</u>	<u>746.304</u>
<b>Dívida líquida</b>	<u><b>4.972.758</b></u>	<u><b>4.685.768</b></u>

## 7 – INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Durante o exercício, a Companhia manteve uma gestão tributária alinhada às melhores práticas de governança corporativa, observando rigorosamente a legislação vigente e integrando sua estratégia fiscal ao planejamento de crescimento sustentável no setor de geração de energia hidrelétrica. A atuação responsável na área tributária visa assegurar conformidade, eficiência e previsibilidade, contribuindo para a solidez econômico-financeira da Companhia.

No âmbito de sua estratégia de inovação e busca contínua por eficiência operacional, a Companhia usufrui dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), destinados ao estímulo de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Os investimentos realizados no período contribuíram para o aprimoramento de processos internos, elevação da eficiência energética e adoção de soluções tecnológicas mais sustentáveis, fortalecendo a competitividade e a perenidade do negócio.

Adicionalmente, a Companhia direciona parcela do imposto de renda devido para o apoio a iniciativas sociais, culturais e esportivas, por meio dos mecanismos legais de incentivo fiscal previstos na Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991) e na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006). Essas ações reforçam o compromisso da Companhia com a responsabilidade social e com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que está presente.

A Administração acompanha de forma contínua os debates e avanços referentes à Reforma Tributária em curso no país, analisando seus potenciais impactos sobre as operações, estrutura de custos e carga tributária da Companhia. Esse monitoramento constante permite preparar-se adequadamente para as futuras alterações regulatórias, garantindo a mitigação de riscos e a manutenção da sustentabilidade e da solidez financeira no longo prazo.



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**SPIC Brasil Energia Participações S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future  
with confidence**

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### **Ativo financeiro vinculado à concessão**

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo financeiro consolidado vinculado à concessão registrado no ativo circulante e não circulante totalizou R\$7.889.357 mil. A parcela do montante pago pela outorga (direito de concessão) relacionada ao direito incondicional da controlada UHE São Simão S.A. de receber caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado é classificada como ativo financeiro. A outra parcela, que representa o valor pago da Bonificação de Outorga para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), é classificada como ativo intangível.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores demandam o estabelecimento de modelos financeiros, com a utilização de estimativas e premissas que exigem julgamentos significativos da diretoria e podem impactar as demonstrações contábeis.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esses assuntos**

Nossos procedimentos de auditoria em relação ao ativo financeiro vinculado à concessão, incluíram, entre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; ii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos



**Shape the future  
with confidence**

relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (iv) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise dos impactos oriundos da Receita Anual de Geração (RAG), por meio de inspeção das resoluções e notas técnicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual de Geração (RAG) e verificação das bases de remuneração; (vii) análises das comunicações do órgão regulador; e (viii) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro vinculado à concessão da controlada UHE São Simão S.A., assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **Outros assuntos**

##### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future  
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future  
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future  
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Audidores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade', is written over a light grey background.

Francisco F. A. Noronha Andrade  
Contador CRC PE-026317/O

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	251.909	67.402	803.702	421.037
Contas a receber de clientes	6	-	-	87.795	76.219
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	1.211.942	877.153
Impostos a recuperar	8	13.093	14.807	51.638	133.624
Caixa restrito	10	-	-	37	-
Estoques		-	-	24.804	14.015
Dividendos e JSCP a receber	11	244.343	89.176	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	100.189	95.460
Outros ativos	9	225	172	53.040	40.404
<b>Total ativo circulante</b>		<b>509.570</b>	<b>171.557</b>	<b>2.333.147</b>	<b>1.657.912</b>
<b>Não circulante</b>					
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	6.677.415	6.731.156
Impostos a recuperar	8	-	-	10	-
Caixa restrito	10	-	-	112.867	15.004
Empréstimos com partes relacionadas	11	207.230	195.974	207.230	195.974
Impostos diferidos	26	-	-	10.606	10.093
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	229.807
Partes relacionadas	11	216.580	163.020	216.810	163.253
Outros ativos	9	24.856	24.486	24.8566	24.486
		<b>448.666</b>	<b>383.480</b>	<b>7.249.794</b>	<b>7.369.773</b>
Investimentos	12	5.055.474	4.833.099	1.030.433	1.039.295
Ativo de direito de uso	13	1.241	460	75.142	176.661
Imobilizado	14	2.643	2.788	3.338.060	2.600.354
Intangível	15	185	237	2.470.968	2.532.877
		<b>5.059.543</b>	<b>4.836.584</b>	<b>6.914.603</b>	<b>6.349.187</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>5.508.209</b>	<b>5.220.064</b>	<b>14.164.399</b>	<b>13.718.960</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>6.017.779</b>	<b>5.391.621</b>	<b>16.497.544</b>	<b>15.376.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	25.271	25.960	168.677	153.963
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	468.550	14.537	2.738.774	1.191.957
Arrendamentos	18	326	413	8.108	7.344
Obrigações sociais e trabalhistas		5.428	3.316	38.061	35.548
Impostos a recolher	8	228	199	149.916	96.818
Dividendos	11	899.820	899.820	1.132.490	983.618
Encargos setoriais	19	-	-	27.196	29.585
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.622	41.951
Outros passivos	9	-	-	2	461
Provisão - Capex melhorias	21	-	-	194.709	129.214
<b>Total passivo circulante</b>		<b>1.399.623</b>	<b>944.245</b>	<b>4.460.555</b>	<b>2.670.459</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	16	-	-	28.508	11.547
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	449.050	3.135.255	4.198.164
Arrendamentos	18	922	73	76.451	181.059
Provisões para contingências	20.1	-	-	3.515	1.322
Provisão para desmobilização	20.2	-	-	29.019	20.969
Impostos diferidos	26	-	-	812.541	727.354
Partes relacionadas	11	188	-	971	971
Outros passivos	9	-	-	1.959	2.606
Provisão - Capex melhorias	21	-	-	380.207	522.661
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>1.110</b>	<b>449.123</b>	<b>4.468.426</b>	<b>5.666.653</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	22				
Capital social		4.730.330	4.100.519	4.730.330	4.100.519
Outros resultados abrangentes		(3.555)	(975)	(3.555)	(975)
Reservas de lucro		84.967	84.967	84.967	84.967
Prejuízos acumulados		(194.696)	(186.258)	(194.696)	(186.258)
Participação de não controladores		-	-	2.951.517	3.041.507
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>4.617.046</b>	<b>3.998.253</b>	<b>7.568.563</b>	<b>7.039.760</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>6.017.779</b>	<b>5.391.621</b>	<b>16.497.544</b>	<b>15.376.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	-	-	2.283.603	2.152.793
Custo de operação	24	-	-	(793.536)	(642.831)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.490.067</b>	<b>1.509.962</b>
Resultado da equivalência patrimonial		88.300	(93.526)	(140.597)	(375.728)
Administrativas	24	(30.377)	(28.023)	(166.897)	(178.071)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	-	-	11.323	2.302
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>57.923</b>	<b>(121.549)</b>	<b>1.193.896</b>	<b>958.465</b>
Receitas financeiras		27.941	15.724	114.187	77.885
Despesas financeiras		(74.894)	(101.515)	(712.837)	(650.300)
Variação monetária/cambial líquida		(19.408)	21.082	(18.236)	13.665
<b>Resultado financeiro líquido</b>	25	<b>(66.361)</b>	<b>(64.709)</b>	<b>(616.886)</b>	<b>(558.750)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(8.438)</b>	<b>(186.258)</b>	<b>577.010</b>	<b>399.715</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	-	(221.775)	(153.845)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	(82.411)	(126.248)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(8.438)</b>	<b>(186.258)</b>	<b>272.824</b>	<b>119.622</b>
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(281.262)	(305.880)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.438)</b>	<b>(186.258)</b>	<b>(8.438)</b>	<b>(186.258)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>(8.438)</u>	<u>(186.258)</u>	<u>(8.438)</u>	<u>(186.258)</u>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<u>(2.580)</u>	<u>44.090</u>	<u>(2.580)</u>	<u>44.090</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(11.018)</b></u>	<u><b>(142.168)</b></u>	<u><b>(11.018)</b></u>	<u><b>(142.168)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Capital social</b>	<b>(-) Capital a integralizar</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Lucros (Prejuízos) acumulados</b>	<b>Total</b>	<b>Não controladores</b>	<b>Total consolidado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<u>3.527.080</u>	<u>-</u>	<u>(45.065)</u>	<u>69.388</u>	<u>300.579</u>	<u>-</u>	<u>3.851.982</u>	<u>2.784.126</u>	<u>6.636.108</u>
Aumento de capital	573.439	-	-	-	-	-	573.439	35.650	609.089
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(186.258)	(186.258)	305.529	119.271
Hedge de fluxo de caixa	-	-	44.090	-	-	-	44.090	-	44.090
Destinação de dividendos de anos anteriores, conforme AGE de 09 de dezembro de 2024	-	-	-	-	(285.000)	-	(285.000)	(83.798)	(368.798)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>4.100.519</u>	<u>-</u>	<u>(975)</u>	<u>69.388</u>	<u>15.579</u>	<u>(186.258)</u>	<u>3.998.253</u>	<u>3.041.507</u>	<u>7.039.760</u>
Aumento de capital	711.476	(711.476)	-	-	-	-	-	62.821	62.821
Capital integralizado	-	629.811	-	-	-	-	629.811	-	629.811
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(8.438)	(8.438)	281.262	272.824
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(2.580)	-	-	-	(2.580)	-	(2.580)
Destinação de dividendos de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(434.073)	(434.073)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>4.811.995</u>	<u>(81.665)</u>	<u>(3.555)</u>	<u>69.388</u>	<u>15.579</u>	<u>(194.696)</u>	<u>4.617.046</u>	<u>2.951.517</u>	<u>7.568.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(8.438)	(186.258)	577.010	399.715
<b>Ajustes para conciliar o lucro(prejuízo)ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(88.300)	93.526	140.597	375.729
Receita financeira capitalizada	-	-	-	2.886
Ativo financeiro	-	-	(1.611.081)	(1.608.545)
Depreciações e amortizações	1.478	1.409	247.829	204.033
Amortização de juros capitalizados	-	-	2.071	2.720
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	91	35	200
Atualizações monetárias com partes relacionadas	8.152	(19.478)	8.152	(19.526)
Juros e amortização de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	73.398	90.514	641.255	583.176
Arrendamentos - atualização financeira	32	71	5.832	6.882
CAPEX melhoria - AVP	-	-	52.092	48.907
Provisão para desmobilização - atualização financeira	-	-	2.267	827
Provisões para contingências - adição e atualização monetária	-	-	1.787	1.049
Compra vantajosa	-	-	(8.557)	-
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	-	-	4.986	4.976
Caixa restrito e depósitos judiciais - atualização monetária	-	-	(625)	(883)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-	(1.086)	(5.469)	(15.923)
Recuperação de custos	-	-	(3.492)	(202)
Descontos financeiros	-	-	-	(602)
	<b>(13.678)</b>	<b>(21.211)</b>	<b>54.689</b>	<b>(14.581)</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>				
Contas a Receber de clientes	-	-	(5.908)	(31.215)
Ativo financeiro	-	-	1.330.033	1.262.057
Impostos a recuperar	1.714	(6.780)	87.632	129.891
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	-	-	(1.096)	(1.196)
Estoques	-	-	(10.096)	(2.213)
Caixa restrito e depósitos judiciais	-	-	(92.091)	(270)
Outros ativos	(420)	35.672	(7.173)	33.429
	<b>1.294</b>	<b>28.892</b>	<b>1.301.301</b>	<b>1.390.483</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>				
Fornecedores	(689)	(166.521)	11.291	(187.101)
Impostos a recolher	29	(4.130)	(20.537)	(25.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(385)
Obrigações estimadas com pessoal	2.112	673	2.518	1.341
Encargos regulamentares e setoriais	-	-	(499)	2.241
Provisões para contingências	-	-	(91)	(606)
Outros passivos	-	-	(1.538)	(573)
	<b>1.452</b>	<b>(169.978)</b>	<b>(8.856)</b>	<b>(210.717)</b>
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) das atividades operacionais</b>	<b>(10.932)</b>	<b>(162.297)</b>	<b>1.347.134</b>	<b>1.165.185</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(148.920)	(71.478)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(10.935)</b>	<b>(162.297)</b>	<b>1.198.214</b>	<b>1.093.707</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aporte de capital em controladas	(589.510)	(88.183)	(138.573)	-
Aquisição de investimentos	-	-	(138.476)	-
Recebimento de caixa por transferência de investimento	-	-	16.328	-
Pagamento de investimentos em controladas	-	-	-	(4.900)
Dividendos recebidos	296.839	126.822	-	-
Caixa restrito	-	-	(5.184)	(9.236)
Adições ao Imobilizado e Intangível	(25)	(592)	(465.349)	(257.880)
Adições CAPEX melhorias	-	-	(160.852)	(223.005)
Partes relacionadas	(72.780)	(74)	(72.967)	-
	<b>(365.476)</b>	<b>37.973</b>	<b>(965.073)</b>	<b>(495.021)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital líquido do custo de emissão	629.811	573.439	632.682	609.090
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(1.000)	(285.203)	(122.849)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.612.056	1.407.240
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos	-	(385.464)	(1.433.118)	(2.169.191)
Pagamentos de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos	(68.435)	(92.839)	(363.491)	(501.420)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	(461)	(440)	(13.402)	(10.905)
	<b>560.915</b>	<b>93.696</b>	<b>149.524</b>	<b>(788.035)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>184.507</b>	<b>(30.628)</b>	<b>382.665</b>	<b>(189.349)</b>
<b>(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	251.909	67.402	803.702	421.037
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	67.402	98.030	421.037	610.386
	<b>184.507</b>	<b>(30.628)</b>	<b>382.665</b>	<b>(189.349)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos valores adicionados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Geração do valor adicionado</b>	-	-	<b>2.625.269</b>	<b>2.459.132</b>
Receita operacional bruta	-	-	2.613.743	2.456.588
Outras Receitas	-	-	11.526	2.544
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(7.280)</b>	<b>(10.039)</b>	<b>(619.643)</b>	<b>(519.661)</b>
Custos da energia comprada	-	-	(125.466)	(62.221)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(345.094)	(319.938)
Materiais	(151)	(218)	(4.523)	(4.713)
Serviços de terceiros	(5.383)	(8.034)	(108.802)	(101.746)
Outros custos operacionais	(1.746)	(1.787)	(35.758)	(31.043)
Seguros	(130)	(89)	(19.640)	(12.240)
(-) Recuperação de despesas	-	-	3.573	251
Provisões (reversão) para contingências judiciais	-	-	(1.509)	(762)
Outras despesas	(1.616)	(1.698)	(13.636)	(13.972)
Gastos com P&D	-	-	(4.546)	(4.320)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(7.280)</b>	<b>(10.039)</b>	<b>2.005.626</b>	<b>1.939.471</b>
<b>Retenções</b>	<b>(1.479)</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(247.380)</b>	<b>(204.188)</b>
Depreciações e amortizações	(1.479)	(1.409)	(247.380)	(204.188)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(8.759)</b>	<b>(11.448)</b>	<b>1.758.246</b>	<b>1.735.283</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>131.661</b>	<b>90.306</b>	<b>1.262.405</b>	<b>696.098</b>
Receitas financeiras	43.361	183.834	1.403.002	1.071.827
Resultado da equivalência patrimonial	88.300	(93.528)	(140.597)	(375.729)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>122.902</b>	<b>78.858</b>	<b>3.020.651</b>	<b>2.431.381</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>122.902</b>	<b>78.858</b>	<b>3.020.651</b>	<b>2.431.381</b>
Pessoal e Encargos	18.101	12.825	109.203	106.859
Remuneração direta	14.524	10.314	86.190	83.406
Benefícios	2.732	1.863	17.322	17.909
FGTS	845	648	5.691	5.544
Impostos, taxas e contribuições	5.924	6.767	617.876	572.902
Federais	5.851	6.696	616.270	571.528
Estaduais	-	-	691	555
Municipais	73	71	915	819
Remuneração de capitais de terceiros	107.315	245.524	2.020.748	1.631.998
Juros	107.005	244.394	2.012.146	1.622.547
Aluguéis	310	1.130	8.602	9.451
Remuneração de capitais próprio	(8.438)	(186.258)	272.824	119.622
Participação de acionistas não controladores	-	-	281.262	305.880
Lucro (-) prejuízo a distribuir	(8.438)	(186.258)	(8.438)	(186.258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## 1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia” ou quando em conjunto com as suas controladas “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”).

### **UHE São Simão Energia S.A.**

A Companhia é controladora direta da UHE São Simão Energia S.A. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta Companhia, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada no rio Paranaíba, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, municípios Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais e São Simão, no Estado de Goiás.

#### *Contrato de concessão*

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões (Leilão de Geração nº 01/2017-ANEEL), no qual a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina Hidrelétrica São Simão. A Receita Anual de Geração (RAG) a que a Concessionária tem direito pela disponibilização da parcela da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica é alocada em regime de COTAS, sendo a RAG o percentual da garantia física de energia e de potência da Usina Hidrelétrica, alocada a determinada distribuidora. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2017 para prestação do serviço de geração de energia elétrica em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos, contados a partir de 10 de maio de 2018, quando foi finalizado o período de Operação Assistida.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou o termo de aceitação da extensão da outorga por mais 124 dias, o que alterou a concessão que se encerraria em 10 de maio de 2048 para 11 de setembro de 2048.

A capacidade instalada da UHE São Simão é de 1.710 MW, sendo a Garantia Física assegurada de 1.202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializada nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 360,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.**

A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas.

A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das Companhias: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A., Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda e 70% da Panati Holding e Marangatu Holding. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais:

- Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul.
- Millenium Central Geradora Eólica S.A parque eólico que entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW.
- Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. parque eólico que entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW.

A energia gerada dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium é vendida à EMBPAR - Empresa Brasileira de Participações S.A de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

- SPIC Brasil Participações Eólicas S.A., Companhia com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

A Spic Brasil Eólicas é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Eólicas” sendo 4 (quatro) SPE´s em fase de construção que terão por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte eólica, são elas: Central Eólica Pedra de Amolar I S.A., Central Eólica Pedra de Amolar II S.A., Central Eólica Paraíso Farol II S.A., Central Eólica Paraíso Farol III S.A.,

- Panati Holding S.A., Companhia com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

A Panati Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Panati” sendo 8 (oito) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Panati 1 Energias Renováveis S.A., Panati 2 Energias Renováveis S.A., Panati 3 Energias Renováveis S.A., Panati 4 Energias Renováveis S.A., Panati 5 Energias Renováveis S.A., Panati 6 Energias Renováveis S.A., Sitiá 1 Energias Renováveis S.A., Sitiá 2 Energias Renováveis S.A.

O complexo Panati-Sitiá, com capacidade instalada de 292 MWp, todas sediadas no Município de Jaguaratama no Estado do Ceará.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Marangatu Holding S.A., Companhia com atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, no País ou exterior, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

A Marangatu Holding é controladora direta de suas subsidiárias conjuntamente referidas como “SPE´s Marangatu” sendo 12 (doze) SPE´s operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Marangatu 1 Energias Renováveis S.A., Marangatu 2 Energias Renováveis S.A., Marangatu 3 Energias Renováveis S.A., Marangatu 4 Energias Renováveis S.A., Marangatu 5 Energias Renováveis S.A., Marangatu 6 Energias Renováveis S.A., Marangatu 7 Energias Renováveis S.A., Marangatu 8 Energias Renováveis S.A., Marangatu 9 Energias Renováveis S.A., Marangatu 10 Energias Renováveis S.A., Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. e Marangatu 12 Energias Renováveis S.A..

O complexo Marangatu, com capacidade instalada de 446 MWp, todas sediadas no Município de Brasileira no Estado do Piauí.

### Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025 na controlada

#### **Aquisição do Complexo Luiz Gonzaga**

Em 14 de fevereiro de 2025 a controlada Pacific Hydro Brasil adquiriu 70% de participação societária da Companhia Luiz Gonzaga Holding S.A. individualmente “Companhia” constituída, em 03 de fevereiro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – sala 66 – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

A Companhia abrange a Luiz Gonzaga Holding S.A. e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Grupo” ou simplesmente “Luiz Gonzaga”. A Luiz Gonzaga é composta por uma Holding e 3 (três) Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A., Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A. e Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

O complexo Luiz Gonzaga, com capacidade instalada de 114 MWp, todas sediadas no Município de Terra Nova no Estado do Pernambuco.

O detalhamento da aquisição do complexo está apresentado na nota explicativa nº 3 de combinação de negócios.

#### **SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.**

A Companhia é controladora da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. adquirida em 02 de dezembro de 2021 (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”) assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia. A Companhia detém a participação na UTE GNA II, conforme abaixo:

- UTE GNA II Geração de Energia S.A.

A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA II Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A UTE GNA II é uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1,7 GW e que entrou em operação comercial em 31 de maio de 2025 juntamente com sua Linha de Transmissão de 500 kV.

Localizada em São João da Barra (RJ), em conjunto com a UTE GNA I, também instalada no mesmo complexo e com capacidade de 1,3 GW, ambas compõem o maior parque termelétrico a gás natural em operação na América Latina, totalizando 3 GW de capacidade instalada, o suficiente para abastecer aproximadamente 14 milhões de residências.

### **UTE GNA I Geração de Energia S.A.**

A Companhia desde 28 de janeiro de 2021 detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA I Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica.

A UTE GNA I opera comercialmente desde setembro/2021, no Porto do Açú localizado em São João da Barra (RJ) e é composta por dois ativos estratégicos: (a) usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado com capacidade de 1,3 GW conectada a uma linha de transmissão de 345kV; (b) terminal de regaseificação de GNL com capacidade instalada de 31 milhões de metros cúbicos por dia.

### **SPIC Comercializadora de Energia Ltda.**

A Companhia é controladora direta da SPIC Comercializadora de Energia Ltda. (“Controlada”) desde 28 de julho de 2021 por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta Companhia que tem como objeto social e atividade preponderante a comercialização de energia elétrica.

## **1.1. Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) no consolidado negativo de R\$2.127.410 (R\$1.012.547 em 31 de dezembro de 2024). A variação decorre principalmente de: (i) dividendos adicionais declarados e registrados no passivo circulante; e (ii) reclassificação para passivo circulante de dívida de curto prazo na Controladora e nas Controladas UHE São Simão, Panati e Marangatu com vencimento previsto para 2026 em linha com a política de apresentação e critérios de classificação de passivos financeiros. Em 24 de março a Companhia captou a 2ª emissão da Nota de Comercial junto ao banco Itaú e liquidou a 1ª emissão da Nota Comercial, também junto ao banco Itaú. Os detalhes desta operação estão descritos na nota explicativa 30.

As controladas dos complexos solares de Panati-Sitiá e Marangatu apresentaram em 2025 redução de receita pelos impactos dos efeitos do *curtailment*, entendido como a redução, limitação ou corte na inserção de energia renovável na rede elétrica, ocasionado principalmente por restrições de carga da rede básica. A Companhia, espera ser ressarcida pelos impactos financeiros, nos termos estabelecidos pela Lei nº 15.269/2025, conforme detalhado na nota explicativa 30.

Apesar do cenário conjuntural, a Administração ressalta que a Companhia dispõe de instrumentos e alternativas de refinanciamento, tanto junto a instituições financeiras quanto no mercado de capitais, local e internacional. Esses mecanismos podem ser acionados conforme necessário para reforço da liquidez e alongamento do perfil da dívida, com possibilidade de rolagem por prazo mínimo de três

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anos, a taxas compatíveis com as praticadas no mercado para emissores com risco de crédito equivalente a BrAAA. A Administração está avaliando internamente a melhor alternativa para obtenção dos recursos necessários para o pagamento das dívidas com vencimento em 2026

No quarto trimestre de 2025, a Companhia obteve a nota máxima de rating nacional (BrAAA) pela Fitch Ratings, reforçando sua sólida posição financeira e sua credibilidade perante investidores e credores. Essa classificação indica o mais baixo nível de risco de crédito no mercado doméstico.

A Administração avaliou detalhadamente a capacidade da Companhia de manter suas operações regulares pelos próximos doze meses após a data das demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a Companhia possui recursos suficientes e capacidade de geração de caixa para dar continuidade às suas operações no futuro previsível.

Diante das condições apresentadas, incluindo capacidade de refinanciamento, robustez financeira atestada por rating de crédito, projeções de geração de caixa e operações suportadas pelos acionistas controladores as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Em 31 de março de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### **2.1. Bases de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, os quais incluem (i) instrumentos financeiros derivativos; e (ii) passivos financeiros designados como objeto de *hedge* de valor justo (nota explicativa 27).

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

### **2.2 Declaração de relevância**

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requerem que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (nota explicativa 6);
- Ativo financeiro da concessão (nota explicativa 7);
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota explicativa 26);
- Provisões para Capex melhorias (nota explicativa 21);
- Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 27);
- Vida útil dos bens do Ativo de direito de uso, Imobilizado e Intangível (notas explicativas 13, 14 e 15);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 14);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 18);
- Provisão para contingências (nota explicativa 20.1); e
- Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa 20.2).

### 3. Combinação de negócios

#### Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Aquisição do Complexo Luiz Gonzaga

Em 14 de fevereiro de 2025, a controlada Pacific Hydro Brasil firmou contrato de compra de ações com a Canadian Solar FIP para a aquisição de 70% das ações representativas do capital social de dois complexos de geração de energia fotovoltaica representados pela empresa Luiz Gonzaga Holding S.A.. Em 14 de fevereiro de 2025, após cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 70% das ações das adquiridas foi transferida e o controle assumido pela Empresa. Essa aquisição teve por objetivo uma estratégia de expansão através de novos negócios e investimentos com foco em energia renovável.

A contraprestação transferida em troca do controle da adquirida Luiz Gonzaga, foi de R\$138.474. Este valor foi pago integralmente na data de fechamento da transação.

Após o fechamento da transação a houve desembolsos de CAPEX e este valor será reembolsado pela Canadian Solar Brasil I FIP – Multiestratégia. O montante gasto como CAPEX *Overrun* foi de R\$10.011.

A Empresa optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida de acordo com a parcela proporcional de sua participação nos ativos líquidos identificáveis.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Luiz Gonzaga na data de aquisição é apresentado a seguir:

		Valor justo reconhecido na aquisição					
		Jan-25			Jan-25		
Ativo (BRL 000)	Jan-25	Ajustes	Ajustado	Passivo (BRL 000)	Jan-25	Ajustes	Ajustado
Caixa e equivalente de caixa	12.075	-	12.075	Provisão de CAPEX	28.517	-	28.517
Contas a receber de clientes	2.745	-	2.745	Impostos a recolher	245	-	245
Impostos a recuperar	191	-	191		-	-	-
Despesas antecipadas	6.714	-	6.714		-	-	-
<b>Ativo circulante</b>	<b>21.725</b>	<b>-</b>	<b>21.725</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>28.762</b>	<b>-</b>	<b>28.762</b>
Caixa restrito	4.063	-	4.063	Empréstimos, financiamentos e debêntures	221.000	-	221.000
Imobilizado líquido	413.440	-	413.440	IR Diferido - Outorga autorização	-	3.234	3.234
<b>Outros ativos</b>	<b>417.503</b>	<b>-</b>	<b>417.503</b>	<b>Outros passivos</b>	<b>221.000</b>	<b>3.234</b>	<b>224.234</b>
Outorga de autorização	-	9.512	9.512				
Compra vantajosa	-	(8.557)	(8.557)	<b>Patrimônio líquido - Controladora</b>	<b>132.626</b>	<b>(4.162)</b>	<b>128.464</b>
<b>Intangíveis</b>	<b>-</b>	<b>955</b>	<b>955</b>	<b>Patrimônio líquido - Controladora - NCI</b>	<b>56.840</b>	<b>1.883</b>	<b>58.723</b>
<b>Ativo total</b>	<b>439.228</b>	<b>955</b>	<b>440.183</b>	<b>Passivo total</b>	<b>439.228</b>	<b>955</b>	<b>440.183</b>

No consolidado da Empresa a controlada Luiz Gonzaga se encontrava em operação, com receitas e custos não capitalizáveis no valor líquido negativo de R\$2.295 entre 01 de janeiro de 2025 e 14 de fevereiro de 2025 que foram reconhecidos na demonstração do resultado como receitas e despesas gerando prejuízo antes de tributos. Este valor está registrado na combinação de negócios no início do exercício na demonstração consolidada, porém o resultado na controlada não sofre alteração totalizando receita operacional líquida de R\$384.305 e o prejuízo antes de tributos de R\$201.493. O valor de R\$2.295 foi totalmente considerado como parcela do resultado atribuída ao acionista não controlador.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis materiais e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

##### 4.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia e suas controladas, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	Controladora		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	172	35	22.340	33.458
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	251.737	67.367	781.362	387.579
	<b>251.909</b>	<b>67.402</b>	<b>803.702</b>	<b>421.037</b>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa 96,50% a 100,25% em 2025 (taxa 100% a 101,25% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB (Certificado de Depósito Bancário).

## 6. Contas a receber de clientes - consolidado

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia e suas controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Corrente a Vencer		
	Até 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
<b>Circulante</b>			
Suprimento de energia elétrica	87.795	87.795	76.091
Energia de curto prazo	-	-	128
<b>Total Circulante</b>	<b>87.795</b>	<b>87.795</b>	<b>76.219</b>

## **7. Ativo financeiro da concessão - consolidado**

### Política contábil

A Controlada UHE São Simão considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado "regime de quotas", foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

### Reconhecimento e mensuração

Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o período da concessão, a controlada UHE São Simão fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX), conforme estabelecido no contrato de concessão.

Estes montantes acima foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG. Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Abaixo seguem as atualizações anuais homologadas pela ANEEL referente ao recebimento da RBO e GAG.

Nota técnica	Data da homologação	Vigência	IPCA RBO	RBO	IPCA GAG	GAG
159	11.07.2018	01.07.2018 a 30.06.2019	-	557.641	-	164.872
136	17.07.2019	01.07.2019 a 30.06.2020	7,44%	599.144	7,99%	178.047
129	27.07.2020	01.07.2020 a 30.06.2021	2,13%	611.920	2,13%	181.844
156	09.07.2021	01.07.2021 a 30.06.2022	8,35%	662.998	8,35%	197.022
121	11.07.2022	01.07.2022 a 30.06.2023	11,89%	741.807	11,89%	220.442
59	17.07.2023	01.07.2023 a 30.06.2024	3,16%	765.260	3,16%	227.411
110	17.07.2024	01.07.2024 a 30.06.2025	4,23%	797.613	4,23%	237.025
163	17.07.2025	01.07.2025 a 30.06.2026	5,35%	840.293	5,35%	249.709

Com base nesse entendimento, a UHE São Simão aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (relative fair value), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da controlada UHE São Simão de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro da concessão. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,02% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG.

A controlada UHE São Simão classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da UHE São Simão para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro da concessão foi como segue:

	31/12/2024	Receita financeira	Variação monetária	(-) Faturamento RAG	31/12/2025
Ativo financeiro - RBO	7.891.782	822.660	311.423	(896.250)	8.129.615
Ativo financeiro - GAG	492.029	605.974	35.239	(569.352)	563.890
(-) PIS/COFINS	(775.502)	(132.149)	(32.066)	135.569	(804.148)
<b>Total</b>	<b>7.608.309</b>	<b>1.296.485</b>	<b>314.596</b>	<b>(1.330.033)</b>	<b>7.889.357</b>
Circulante	877.153				1.211.942
Não Circulante	6.731.156				6.677.415
<b>Total</b>	<b>7.608.309</b>				<b>7.889.357</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>31/12/2023</b>	<b>Receita financeira</b>	<b>Variação monetária</b>	<b>(-) Faturamento RAG</b>	<b>31/12/2024</b>
Ativo financeiro - RBO	7.589.145	791.549	366.215	(855.127)	7.891.782
Ativo financeiro - GAG	412.863	573.103	41.634	(535.571)	492.029
(-) PIS/COFINS	(740.187)	(126.230)	(37.726)	128.641	(775.502)
<b>Total</b>	<b>7.261.821</b>	<b>1.238.422</b>	<b>370.123</b>	<b>(1.262.057)</b>	<b>7.608.309</b>
Circulante	839.394				877.153
Não Circulante	6.422.427				6.731.156
<b>Total</b>	<b>7.261.821</b>				<b>7.608.309</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Impostos a recuperar e a recolher

Controladora							
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
Ativo - Impostos a recuperar							
IRRF sobre aplicação financeira	652	3.877	-	-	-	(2.202)	2.327
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.155	1.044	1.355	(3.393)	(4.597)	2.202	10.766
<b>Total</b>	<b>14.807</b>	<b>4.921</b>	<b>1.355</b>	<b>(3.393)</b>	<b>(4.597)</b>	<b>-</b>	<b>13.093</b>
Circulante	14.807						13.093
<b>Total</b>	<b>14.807</b>						<b>13.093</b>
Passivo - Impostos a recolher							
PIS e COFINS	136	1.402	-	(635)	(713)	-	190
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	63	(1.858)	-	1.903	(70)	-	38
Outros	-	-	-	3.814	(3.814)	-	-
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>(456)</b>	<b>-</b>	<b>5.082</b>	<b>(4.597)</b>	<b>-</b>	<b>228</b>
Circulante	199						228
<b>Total</b>	<b>199</b>						<b>228</b>

Controladora						
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2024
Ativo - Impostos a recuperar						
IRRF sobre aplicação financeira	558	94	-	-	-	652
Imposto de renda e contribuição social a compensar	23.397	3.515	1.086	(12.976)	(867)	14.155
<b>Total</b>	<b>23.955</b>	<b>3.609</b>	<b>1.086</b>	<b>(12.976)</b>	<b>(867)</b>	<b>14.807</b>
Circulante	23.955					14.807
<b>Total</b>	<b>23.955</b>					<b>14.807</b>
Passivo - Impostos a recolher						
PIS e COFINS	53	891	-	(130)	(678)	136
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	109	(2.000)	-	2.142	(188)	63
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>(1.109)</b>	<b>-</b>	<b>2.012</b>	<b>(866)</b>	<b>199</b>
Circulante	162					199
<b>Total</b>	<b>162</b>					<b>199</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>								
	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixas</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Adiantamentos / Pagamentos</b>	<b>Compensação de tributos</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
Ativo - Impostos a recuperar									
Imposto de renda e contribuição social	25	1	(15)	-	141.158	14.545	-	(155.694)	20
PIS e COFINS	1.324	47.203	(18)	-	-	(46.335)	-	-	2.174
ICMS	-	12	-	-	24	(2)	-	1.988	2.022
IRRF sobre aplicação financeira	4.587	22.420	-	-	-	(13.258)	-	(7.051)	6.698
Imposto de renda e contribuição social a compensar	106.059	4.938	(3.094)	7.048	(4.890)	(97.698)	(7)	23.556	35.912
Outros	21.629	62	(136)	220	-	(230)	(666)	(16.057)	4.822
<b>Total</b>	<b>133.624</b>	<b>74.636</b>	<b>(3.263)</b>	<b>7.268</b>	<b>136.292</b>	<b>(142.978)</b>	<b>(673)</b>	<b>(153.258)</b>	<b>51.648</b>
Circulante	133.624								51.638
Não Circulante	-								10
<b>Total</b>	<b>133.624</b>								<b>51.648</b>
Passivo - Impostos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social	78.383	218.725	-	-	(9.812)	(767)	6	(155.253)	131.282
PIS e COFINS	14.924	206.170	-	-	(74.213)	(132.451)	(3)	-	14.427
ICMS	254	7.257	(2)	-	(8.577)	(2)	-	1.988	918
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	3.054	8.096	(9)	-	(7.317)	(578)	(10)	7	3.243
Outros	203	(1.396)	(64)	-	10.483	(9.180)	-	-	46
<b>Total</b>	<b>96.818</b>	<b>438.852</b>	<b>(75)</b>	<b>-</b>	<b>(89.436)</b>	<b>(142.978)</b>	<b>(7)</b>	<b>(153.258)</b>	<b>149.916</b>
Circulante	96.818								149.916
<b>Total</b>	<b>96.818</b>								<b>149.916</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativo - Impostos a recuperar									
Imposto de renda e contribuição social	6	-	-	-	68.921	17.213	(3)	(86.112)	25
PIS e COFINS	344	44.302	(324)	-	-	(42.998)	-	-	1.324
IRRF sobre aplicação financeira	2.477	10.309	-	-	-	(8.199)	-	-	4.587
Imposto de renda e contribuição social a compensar	231.509	11.078	-	15.733	(20.105)	(134.292)	2.136	-	106.059
Outros	20.918	7.282	-	190	-	(6.896)	82	53	21.629
<b>Total</b>	<b>255.254</b>	<b>72.971</b>	<b>(324)</b>	<b>15.923</b>	<b>48.816</b>	<b>(175.172)</b>	<b>2.215</b>	<b>(86.059)</b>	<b>133.624</b>
Circulante	128.597								133.624
Não Circulante	126.657								-
<b>Total</b>	<b>255.254</b>								<b>133.624</b>
Passivo - Impostos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social	10.051	153.887	-	-	(2.557)	(175)	2.095	(84.918)	78.383
PIS e COFINS	8.462	188.615	-	-	(8.804)	(173.332)	(17)	-	14.924
ICMS	69	1.839	-	-	(1.654)	-	-	-	254
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	8.216	6.594	-	-	(11.291)	(544)	79	-	3.054
Outros	461	3.822	-	-	(3.850)	(230)	-	-	203
<b>Total</b>	<b>27.259</b>	<b>354.757</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(28.156)</b>	<b>(174.281)</b>	<b>2.157</b>	<b>(84.918)</b>	<b>96.818</b>
Circulante	26.869								96.818
Não Circulante	390								-
<b>Total</b>	<b>27.259</b>								<b>96.818</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Outros ativos e passivos

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros ativos				
Despesas antecipadas	180	-	167	-
Adiantamentos da folha de pagamentos	45	-	2	-
Conta a receber BP Gás Marketing Ltd.	-	24.856	-	24.486
Outros ativos	-	-	3	-
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>24.856</b>	<b>172</b>	<b>24.486</b>
	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros ativos				
Serviços em curso	11.489	-	10.574	-
Despesas antecipadas	18.189	-	15.792	-
Despesas antecipadas com captação de dívida	1.063	-	4.854	-
Adiantamentos da folha de pagamentos	698	-	27	-
Adiantamentos a fornecedores	8.683	-	8.874	-
Conta a receber BP Gas Marketing Ltd. (i)	-	24.856	-	24.486
Contas a receber PPA Luiz Gonzaga (ii)	10.011	-	-	-
Outros ativos	2.907	-	283	-
<b>Total</b>	<b>53.04038</b>	<b>24.856</b>	<b>40.404</b>	<b>24.486</b>
Outros passivos				
Adiantamentos a clientes	-	-	460	-
Outros passivos	2	-	1	-
Projetos - P&D	-	1.959	-	2.606
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1.959</b>	<b>461</b>	<b>2.606</b>

- (i) Na Companhia o valor de R\$24.486 em 31 de dezembro de 2025, refere-se a cessão de direito entre GNA I e BP Gás Marketing Ltd., onde a SPIC Brasil paga a BP Gás e posteriormente cria um contas a receber conforme nota explicativa 16.
- (ii) Na controlada Pacific Hydro Brasil o valor de R\$10.011, refere-se a valores pagos a fornecedores decorrentes da aquisição do complexo solar de Luiz Gonzaga e que será ressarcido pela não controladora Canadian Solar conforme nota explicativa 3.

## 10. Caixa restrito e depósitos judiciais

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	37	1.761	800
Banco Nordeste do Brasil S/A	-	111.106	14.204
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>112.867</b>	<b>15.004</b>

- (i) O caixa restrito no montante de R\$111.106 em 31 de dezembro de 2025 (R\$14.204 em 31 de dezembro de 2024) refere-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pelas controladas Millennium (remunerada a taxa média 99% do CDI), Panati 1 a 6 (remunerada a taxa média 99,63% do CDI), Marangatu 7 a 12, Luiz Gonzaga 1 e 3 e Pedra de Amolar I e II e Paraíso Farol II, (remuneradas à taxa média de 93,58% do CDI), e serão mantidas pelas Controladas como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil até o vencimento.

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Partes Relacionadas

	Natureza	Controladora			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Balço patrimonial</b>					
<b>Ativo circulante</b>					
UHE São Simão Energia S/A	Dividendos	242.168	87.219	-	-
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Dividendos	1.491	1.273	-	-
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	JSCP	684	684	-	-
		<u>244.343</u>	<u>89.176</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Ativo não circulante</b>					
GNA II Geração de Energia S/A	Mútuo	116.635	116.635	116.635	116.635
GNA I Geração de Energia S/A	Mútuo	90.595	79.339	90.595	79.339
SPIC Brasil Térmicas e Participações S/A	Reembolso de custos de projetos	20	20	20	-
GNA I Geração de Energia S/A	Reembolso de custos de projetos	216.560	163.000	216.540	163.000
Outros	Reembolso de custos de projetos	-	-	250	253
		<u>423.810</u>	<u>358.994</u>	<u>424.040</u>	<u>359.227</u>
<b>Total ativo</b>		<b><u>668.153</u></b>	<b><u>448.170</u></b>	<b><u>424.040</u></b>	<b><u>359.227</u></b>
<b>Passivo circulante</b>					
SPIC Green Energy Ltd.	Dividendos	899.820	899.820	899.820	899.820
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	Dividendos	-	-	166.192	59.856
ZLCFB - Hong Kong international investment	Dividendos	-	-	33.239	11.971
CPD Energy investment Co. limited	Dividendos	-	-	33.239	11.971
		<u>899.820</u>	<u>899.820</u>	<u>1.132.490</u>	<u>983.618</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
Outros	Custos compartilhados	-	-	29	29
Pacific Hydro International Ltd.	Mútuo	-	-	942	942
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>971</u>	<u>971</u>
<b>Total passivo</b>		<b><u>899.820</u></b>	<b><u>899.820</u></b>	<b><u>1.133.461</u></b>	<b><u>984.589</u></b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos Diretores Executivos no consolidado totalizou R\$ 4.052 (R\$ 7.898 em 2024).

Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2025 e 2024.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Investimento

a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Controladora				
	31/12/2025	31/12/2024	Percentual de participação	Informações sobre as controladas			
				Ativo	Passivo 2025	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
UHE São Simão Energia	2.730.319	2.806.666	51%	10.929.014	5.575.446	5.353.568	736.159
Pacific Hydro Energia do Brasil	1.277.017	970.136	100%	3.784.346	2.194.170	1.590.176	(144.056)
SPIC Térmicas	994.295	1.005.141	100%	994.314	20	994.294	(149.045)
SPIC Comercializadora	17.723	17.020	100%	27.387	9.664	17.723	921
GNA I	13.023	10.191	33%	5.675.183	5.664.957	10.226	816
GNA I - Mais valia	23.097	23.945					
<b>Total Investimentos</b>	<b>5.055.474</b>	<b>4.833.099</b>					

b. Movimentação do investimento:

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2024	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2025
São Simão Energia	2.806.666	-	375.441	-	(451.788)	-	2.730.319
Pacific Hydro Energia do Brasil	970.136	-	(144.056)	450.937	-	-	1.277.017
SPIC Térmicas (i)	1.005.141	(374)	(149.045)	138.573	-	-	994.295
SPIC Comercializadora	17.020	-	921	-	(218)	-	17.723
GNA I	10.191	(2.206)	5.038	-	-	-	13.023
GNA I - Mais valia (ii)	23.945	-	-	-	-	(848)	23.097
<b>Total</b>	<b>4.833.099</b>	<b>(2.580)</b>	<b>88.299</b>	<b>589.510</b>	<b>(452.006)</b>	<b>(848)</b>	<b>5.055.474</b>

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2024	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2025
SPIC Térmicas (i)	1.005.159	(374)	(145.635)	138.573	-	(3.410)	994.313
GNA I	10.191	(2.206)	5.038	-	-	-	13.023
GNA I - Mais valia (ii)	23.945	-	-	-	-	(848)	23.097
<b>Total</b>	<b>1.039.295</b>	<b>(2.580)</b>	<b>(140.597)</b>	<b>138.573</b>	<b>-</b>	<b>(4.258)</b>	<b>1.030.433</b>

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2023	Outros resultados abrangentes	MEP	Aumento de capital	JSCP	Dividendos	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2024
São Simão Energia	2.526.650	-	367.236	-	-	(87.219)	-	2.806.666
Pacific Hydro Energia do Brasil	974.507	-	(92.554)	88.183	-	-	-	970.136
SPIC Térmicas (i)	1.112.869	38.081	(145.810)	-	-	-	-	1.005.141
SPIC Comercializadora	11.416	-	7.521	-	(805)	(1.112)	-	17.020
GNA I	234.101	6.009	(229.919)	-	-	-	-	10.191
GNA I - Mais valia (ii)	24.792	-	-	-	-	-	(847)	23.945
<b>Total</b>	<b>4.884.335</b>	<b>44.090</b>	<b>(93.526)</b>	<b>88.183</b>	<b>(805)</b>	<b>(88.331)</b>	<b>(847)</b>	<b>4.833.099</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Outros resultados abrangentes	MEP	Amortização mais Valia	Saldo em 31/12/2024
SPIC Térmicas (i)	1.112.888	38.081	(145.810)	-	1.005.159
GNA I	234.101	6.009	(229.919)	-	10.191
GNA I - Mais valia (ii)	24.792	-	-	(847)	23.945
<b>Total</b>	<b>1.371.781</b>	<b>44.090</b>	<b>(375.729)</b>	<b>(847)</b>	<b>1.039.295</b>

- (i) O saldo não eliminado de SPIC Térmicas, refere-se a investida indireta GNA II o qual a SPIC Térmicas não possui controle, desta forma o saldo não é eliminado no consolidado.
- (ii) Referem-se a mais valia apurada nos laudos de avaliação sobre os ativos de GNA I e GNA II. A amortização se dará pela depreciação dos ativos de GNA I e por meio dos contratos de energia elétrica para GNA II.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Ativo de direito de uso**

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das controladas Vale dos Ventos e Millennium e parques solares das Controladas Panati-Sitiá e Marangatu.
- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguéis relativo às sedes da Companhia e das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil.

a. Composição do ativo de direito de uso:

	Controladora							
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso Administração Aluguéis de imóveis	58,65%	2.046	(805)	1.241	46,15%	855	(395)	460
<b>Total direito de uso</b>		<b>2.046</b>	<b>(805)</b>	<b>1.241</b>		<b>855</b>	<b>(395)</b>	<b>460</b>

	Consolidado							
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso Geração Arrendamento de terras	6,74%	61.760	(17.070)	44.690	6,45%	155.526	(12.909)	142.617
		61.760	(17.070)	44.690		155.526	(12.909)	142.617
Direito de uso Administração Aluguéis de imóveis	8,39%	54.347	(23.895)	30.452	23,68%	53.376	(19.332)	34.044
		54.347	(23.895)	30.452		53.376	(19.332)	34.044
<b>Total direito de uso</b>		<b>116.107</b>	<b>(40.965)</b>	<b>75.142</b>		<b>208.902</b>	<b>(32.241)</b>	<b>176.661</b>

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2024	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos de direito de uso Aluguéis de imóveis	460	1.191	(410)	1.241
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>460</b>	<b>1.191</b>	<b>(410)</b>	<b>1.241</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Ativos de direito de uso</b>				
Aluguéis de imóveis	-	855	(395)	460
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>-</b>	<b>855</b>	<b>(395)</b>	<b>460</b>

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2024	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Ativos de direito de uso</b>				
Arrendamento de terras	142.617	(94.052)	(3.875)	44.690
Aluguéis de imóveis	34.044	971	(4.563)	30.452
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>176.661</b>	<b>(93.081)</b>	<b>(8.438)</b>	<b>75.142</b>

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Ativos de direito de uso</b>					
Arrendamento de terras	30.316	116.092	1.518	(5.309)	142.617
Aluguéis de imóveis	15.437	855	21.940	(4.188)	34.044
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>45.753</b>	<b>116.947</b>	<b>23.458</b>	<b>(9.497)</b>	<b>176.661</b>

### 14. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria, da mesma.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

**a. Composição do Imobilizado**

	<b>Controladora</b>							
	<b>Taxas anuais médias de depreciação %</b>	<b>31/12/2025</b>			<b>Taxas anuais médias de depreciação %</b>	<b>31/12/2024</b>		
		<b>Custo histórico</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>		<b>Custo histórico</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	2.092	(140)	1.952	4,00%	2.092	(56)	2.036
Máquinas e equipamentos	20,00%	421	(173)	248	20,00%	421	(119)	302
Móveis e utensílios	10,00%	332	(55)	277	10,00%	329	(22)	307
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>2.845</b>	<b>(368)</b>	<b>2.477</b>		<b>2.842</b>	<b>(197)</b>	<b>2.645</b>
Imobilizado em curso								
Administração		166	-	166		143	-	143
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>166</b>	<b>-</b>	<b>166</b>		<b>143</b>	<b>-</b>	<b>143</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>3.011</b>	<b>(368)</b>	<b>2.643</b>		<b>2.985</b>	<b>(197)</b>	<b>2.788</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	31/12/2025			31/12/2024				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		602	-	602		602	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	469.848	(47.047)	422.801	7,21%	461.458	(31.011)	430.447
Máquinas e equipamentos	9,02%	2.806.798	(388.661)	2.418.137	10,14%	2.396.278	(277.621)	2.118.657
Veículos	14,84%	2.276	(1.158)	1.118	17,15%	2.276	(834)	1.442
Móveis e utensílios	7,05%	3.133	(678)	2.455	8,56%	2.959	(467)	2.492
Outros	5,70%	22.302	(5.116)	17.186	9,44%	16.517	(3.483)	13.034
		<b>3.304.959</b>	<b>(442.660)</b>	<b>2.862.299</b>		<b>2.880.090</b>	<b>(313.416)</b>	<b>2.566.674</b>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,09%	6.070	(1.248)	4.822	10,09%	6.070	(1.035)	5.035
Máquinas e equipamentos	19,45%	7.613	(5.522)	2.091	16,88%	7.409	(4.458)	2.951
Veículos	20,00%	146	(146)	-	20,00%	146	(146)	-
Móveis e utensílios	8,75%	1.416	(655)	761	8,75%	1.374	(542)	832
		<b>15.245</b>	<b>(7.571)</b>	<b>7.674</b>		<b>14.999</b>	<b>(6.181)</b>	<b>8.818</b>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>3.320.204</b>	<b>(450.231)</b>	<b>2.869.973</b>		<b>2.895.089</b>	<b>(319.597)</b>	<b>2.575.492</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração		466.953	-	466.953		24.451	-	24.451
Administração		1.134	-	1.134		411	-	411
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>468.087</b>	<b>-</b>	<b>468.087</b>		<b>24.862</b>	<b>-</b>	<b>24.862</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>3.788.291</b>	<b>(450.231)</b>	<b>3.338.060</b>		<b>2.919.951</b>	<b>(319.597)</b>	<b>2.600.354</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b. Movimentação do Imobilizado

	Controladora			Valor líquido em 31/12/2025
	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Depreciações	
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.036	-	(83)	1.953
Máquinas e equipamentos	302	-	(54)	248
Móveis e utensílios	307	2	(33)	276
Total do imobilizado em serviço	2.645	2	(170)	2.477
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	143	23	-	166
Total do imobilizado em curso	143	23	-	166
Total do imobilizado	2.788	25	(170)	2.643

Imobilizado	Controladora						Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		2.092	(56)			2.036
Máquinas e equipamentos	60	107	293	(67)	(91)		302
Móveis e utensílios	-		329	(22)			307
Total do imobilizado em serviço	60	107	2.714	(145)	(91)	-	2.645
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	2.631	485	(2.714)			(259)	143
Total do imobilizado em curso	2.631	485	(2.714)	-	-	(259)	143
Total do imobilizado	2.691	592	-	(145)	(91)	(259)	2.788

Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência para imobilizado em serviço</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência para reparo</b>	<b>Reclassificação (i)</b>	<b>Impostos recuperáveis</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>									
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	435.482	-	8.647	(16.249)	-	-	(416)	159	427.623
Máquinas e equipamentos	2.121.608	975	409.980	(112.116)	(35)	(823)	(298)	937	2.420.228
Veículos	1.442	-	-	(324)	-	-	-	-	1.118
Móveis e utensílios	3.324	140	92	(328)	-	-	(13)	-	3.215
Descomissionamento	13.034	5.784	-	(1.632)	-	-	-	-	17.186
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>2.575.492</b>	<b>6.899</b>	<b>418.719</b>	<b>(130.649)</b>	<b>(35)</b>	<b>(823)</b>	<b>(727)</b>	<b>1.096</b>	<b>2.869.972</b>
<b>Imobilizado em curso</b>									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	17.233	(3.747)	-	-	-	-	-	13.486
Máquinas e equipamentos	22.759	845.393	(413.742)	-	-	238	(984)	-	453.664
Móveis e utensílios	-	72	-	-	-	-	-	-	72
Adiantamento a fornecedores	2.082	-	(1.230)	-	-	-	(7)	-	845
Outros	21	-	-	-	-	-	-	-	21
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>24.862</b>	<b>862.698</b>	<b>(418.719)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>238</b>	<b>(991)</b>	<b>-</b>	<b>468.088</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.600.354</b>	<b>869.597</b>	<b>-</b>	<b>(130.649)</b>	<b>(35)</b>	<b>(585)</b>	<b>(1.718)</b>	<b>1.096</b>	<b>3.338.060</b>

**Consolidado**

	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência para imobilizado em serviço</b>	<b>Depreciações</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência para reparo</b>	<b>Reclassificação (i)</b>	<b>Impostos recuperáveis</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>									
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.342	13	438.852	(12.898)	-	-	-	173	435.482
Máquinas e equipamentos	73.610	33.025	2.097.166	(83.034)	(137)	(45)	-	1.023	2.121.608
Veículos	770	-	875	(203)	-	-	-	-	1.442
Móveis e utensílios	1.844	53	1.717	(290)	-	-	-	-	3.324
Descomissionamento	23.892	-	-	(569)	(10.289)	-	-	-	13.034
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>110.060</b>	<b>33.091</b>	<b>2.538.610</b>	<b>(96.994)</b>	<b>(10.426)</b>	<b>(45)</b>	<b>-</b>	<b>1.196</b>	<b>2.575.492</b>
<b>Imobilizado em curso</b>									
Máquinas e equipamentos	1.999.713	527.031	(2.503.171)	-	-	-	(809)	-	22.764
Veículos	-	875	(875)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	277.308	(275.231)	-	-	-	-	-	-	2.077
Outros	34.585	-	(34.564)	-	-	-	-	-	21
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>2.311.606</b>	<b>252.675</b>	<b>(2.538.610)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(809)</b>	<b>-</b>	<b>24.862</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.421.666</b>	<b>285.766</b>	<b>-</b>	<b>(96.994)</b>	<b>(10.426)</b>	<b>(45)</b>	<b>(809)</b>	<b>1.196</b>	<b>2.600.354</b>

(i) O valor de R\$ 1.718 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 809 em 31 de dezembro de 2024) foi reclassificado para o intangível em serviço decorrente da conclusão de desenvolvimento de softwares e para os estoques das controladas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

#### Gastos com desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar:

(i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Amortização

Amortização da Bonificação de Outorga é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em setembro de 2048.

A amortização do Capex melhoria é reconhecida baseando-se no método linear, a partir da data de provisão do Capex melhoria descrito na nota explicativa 21 e será amortizado até o final da concessão. A vida útil residual estimada é de 25 anos.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais itens de ativos intangíveis a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Controladora					
		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	259	(74)	185	259	(22)	237
<b>Total intangível</b>		<b>259</b>	<b>(74)</b>	<b>185</b>	<b>259</b>	<b>(22)</b>	<b>237</b>

	Taxas anuais médias de amortização %	Consolidado					
		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.342)	252	1.594	(1.262)	332
Diferido	5,00%	7.560	(6.363)	1.197	7.560	(5.985)	1.575
Ágio no Investimento		22.410	-	22.410	22.410	-	22.410
Software	20,00%	17.348	(10.317)	7.031	16.286	(8.208)	8.078
Direito de concessão	3,54%	1.956.384	(496.530)	1.459.854	1.956.385	(431.180)	1.525.205
Concessão da outorga	3,10%	79.272	(4.160)	75.112	69.760	(1.701)	68.059
CAPEX melhorias	3,51%	1.085.627	(188.826)	896.801	1.053.911	(150.879)	903.032
Servidão		523	(20)	503	525	(7)	518
Intangível em curso							
Software		7.808	-	7.808	3.668	-	3.668
<b>Total intangível</b>		<b>3.178.526</b>	<b>(707.558)</b>	<b>2.470.968</b>	<b>3.132.099</b>	<b>(599.222)</b>	<b>2.532.877</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### b. Movimentação do Intangível

	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço			
Software	237	(52)	185
	<u>237</u>	<u>(52)</u>	<u>185</u>

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço				
Software	-	(22)	259	237
	<u>-</u>	<u>(22)</u>	<u>259</u>	<u>237</u>

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	332	-	(80)	-	-	252
Gastos pré-operacionais (i)	1.575	-	(378)	-	-	1.197
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	-	22.410
Software (iii)	8.078	-	(2.111)	109	955	7.031
Direito de concessão (iii)	1.525.205	-	(65.351)	-	-	1.459.854
Concessão da outorga (iv)	68.059	9.512	(2.459)	-	-	75.112
CAPEX melhorias (v)	903.032	31.801	(38.032)	-	-	896.801
Servidão	518	-	(15)	-	-	503
Intangível em curso						
Software (i)	3.668	4.419	-	(109)	(170)	7.808
	<u>2.532.877</u>	<u>45.732</u>	<u>(108.426)</u>	<u>-</u>	<u>785</u>	<u>2.470.968</u>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Reclassificação	
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	412	-	(80)	-	-	332
Gastos pré-operacionais (i)	1.953	-	(378)	-	-	1.575
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	-	22.410
Software (iii)	5.385	642	(2.278)	3.690	639	8.078
Direito de concessão - Outros (iii)	1.590.553	-	(65.350)	-	-	1.525.203
Concessão da Outorga (iv)	69.760	-	(1.701)	-	-	68.059
CAPEX melhorias (v)	754.666	179.275	(30.907)	-	-	903.034
Servidão	-	-	(8)	526	-	518
Intangível em curso						
Projeto Panati (vi)	704	225	-	(929)	-	-
Projeto Marangatu (vi)	384	540	-	(924)	-	-
Outros projetos	-	-	-	-	170	170
Software	3.032	2.829	-	(2.363)	-	3.498
	<u>2.449.259</u>	<u>183.511</u>	<u>(100.702)</u>	<u>-</u>	<u>809</u>	<u>2.532.877</u>

- (i) No consolidado foram reconhecidos gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia eólica na controlada Vale dos Ventos. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de 20 anos, correspondente à vida útil estimada do parque industrial construído para a geração de energia eólica;
- (ii) O ágio foi gerado quando da aquisição das controladas Millennium, Vale dos Ventos e Energia Limpa e não são amortizados. O saldo de ágio está suportado por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia procedeu a testes de recuperabilidade desse ágio, tendo por base o método de projeção de fluxos de caixa, constatando que não há necessidade de reconhecimentos de nenhuma perda no valor recuperável;
- (iii) Referem-se aquisição de *software* das controladas e ao direito da controlada UHE São Simão de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo;
- (iv) Na controlada Pacific Hydro foram reconhecidos o valor justo decorrente das aquisições de Panati, Marangatu e Luiz Gonzaga, os quais foram classificados como Outorga de autorização que são os montantes futuros avaliados pelos PPA's destas Companhias e são amortizados conforme o período destes PPA's;
- (v) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa 21;
- (vi) Na controladas Panati e Marangatu foram reconhecidos gastos com desenvolvimento dos projetos no exercício de 2022. Em 2024 estes montantes foram reclassificados para seus respectivos ativos imobilizados em curso nas controladas de Panati e Marangatu.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas apenas na controlada UHE São Simão são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 16. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	27.130	25.046	-	-
Suprimento de energia	-	-	1.633	-	-	-
Materiais e Serviços (i)	25.271	25.960	139.914	124.017	18.727	123
Retenção contratual (ii)	-	-	-	-	9.781	11.424
Outras contas a pagar	-	-	-	4.900	-	-
	<b>25.271</b>	<b>25.960</b>	<b>168.677</b>	<b>153.963</b>	<b>28.508</b>	<b>11.547</b>

- (i) Na Controladora o valor em materiais e serviços refere-se, principalmente a um pagamento de cessão para a empresa BP Gas Marketing Ltd. no valor de R\$ 21.967 (R\$ 24.486 em 31 de dezembro de 2024), onde a Companhia sub-rogou o pagamento BP Gás pelos montantes não pagos por GNA I (A parcela da Companhia é de 33% sobre o valor devido pela GNA I a BP Gás), em decorrência à falta de caixa em GNA I e *covenants* do BNDES. O montante a receber de GNA I é apresentado na nota explicativa 11. No consolidado, além do pagamento a BP Gas, R\$117.947 são pagamentos para fornecedores de Operação e Manutenção das controladas.
- (ii) Refere-se, principalmente, a retenção contratual de 3% dos contratos de CAPEX Melhoria – Modernização na controlada UHE São Simão com os fornecedores GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda. Estes valores serão pagos após cumprimento das garantias contratuais.

### 17. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos

#### Empréstimos financiamentos e derivativos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos em moeda estrangeira são protegidos por operações de swap e reconhecidos como hedge de valor justo, ou seja, as variações para a mensuração do valor justo através de taxas de mercado são registradas diretamente no resultado financeiro.

#### Debêntures

As debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos.

Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos:

Item	Controladora						
	31/12/2025			31/12/2024			
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
	Circulante	Circulante		Circulante	Não Circulante		
<b>Moeda nacional</b>							
1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	i	18.550	450.000	468.550	14.537	449.050	463.587
<b>Total</b>		<b>18.550</b>	<b>450.000</b>	<b>468.550</b>	<b>14.537</b>	<b>449.050</b>	<b>463.587</b>
<b>Total de dívidas</b>		<b>18.550</b>	<b>450.000</b>	<b>468.550</b>	<b>14.537</b>	<b>449.050</b>	<b>463.587</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Item	Empresa	Consolidado									
		31/12/2025				31/12/2024					
		Encargos		Principal		Total	Principal		Total		
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante	Não Circulante		
<b>Moeda nacional</b>											
1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	i	SPIC Brasil	18.550	-	450.000	-	468.550	14.537	-	449.050	463.587
Banco Nordeste do Brasil S.A.	ii	Millennium	1	-	1.218	-	1.219	1	2.839	1.218	4.058
2ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A		Marangatu Holding	-	-	-	-	-	18.156	350.000	-	368.156
3ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	iii	Marangatu Holding	76	-	7.813	-	7.889	-	-	-	-
2ª Emissão de CCB - Itaú Unibanco S/A		Panati Holding	-	-	-	-	-	811	15.000	-	15.811
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iv	Panati 1	227	-	2.445	53.581	56.253	315	263	56.699	57.277
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	v	Panati 1	106	-	477	3.800	4.383	162	476	4.285	4.923
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iv	Panati 2	227	-	2.435	53.585	56.247	315	263	56.714	57.292
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	v	Panati 2	107	-	476	3.810	4.393	162	476	4.286	4.924
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iv	Panati 3	227	-	2.435	53.582	56.244	315	262	56.699	57.276
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	v	Panati 3	107	-	476	3.810	4.393	162	477	4.285	4.924
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iv	Panati 4	227	-	2.435	53.582	56.244	315	262	56.699	57.276
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	v	Panati 4	106	-	477	3.810	4.393	162	477	4.285	4.924
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iv	Panati 5	227	-	2.435	53.581	56.243	315	262	56.694	57.271
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	v	Panati 5	107	-	476	3.810	4.393	162	476	4.286	4.924
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iv	Panati 6	227	-	2.435	53.581	56.243	315	262	56.711	57.288
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	v	Panati 6	107	-	476	3.810	4.393	162	477	4.286	4.925
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vi	Marangatu 7	243	-	797	55.774	56.814	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vi	Marangatu 8	243	-	801	55.966	57.010	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vi	Marangatu 9	264	-	787	55.984	57.035	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vi	Marangatu 10	264	-	786	55.969	57.019	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vi	Marangatu 11	263	-	788	55.975	57.026	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vi	Marangatu 12	261	-	754	55.377	56.392	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vii	Pedra de Amolar I	-	2.702	-	83.605	86.307	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	viii	Pedra de Amolar I	-	45	-	1.295	1.340	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	viii	Pedra de Amolar II	-	2.316	-	71.260	73.576	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	viii	Pedra de Amolar II	-	39	-	1.111	1.150	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	vii	Paraíso Farol II	-	1.158	-	34.989	36.147	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	viii	Paraíso Farol II	-	19	-	540	559	-	-	-	-
1ª Emissão de NC	ix	Luiz Gonzaga Holding	2.565	-	55.000	-	57.565	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	x	Luiz Gonzaga I	7.537	-	568	74.140	82.245	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	xi	Luiz Gonzaga I	274	-	-	10.000	10.274	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	x	Luiz Gonzaga III	7.509	-	570	74.132	82.211	-	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	xi	Luiz Gonzaga III	274	-	-	10.000	10.274	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>40.326</b>	<b>6.279</b>	<b>537.360</b>	<b>1.040.459</b>	<b>1.624.424</b>	<b>36.367</b>	<b>372.272</b>	<b>816.197</b>	<b>1.224.836</b>
<b>Moeda estrangeira</b>											
Banco BOCOM BBM	xii	UHE São Simão	901	-	763.420	-	764.321	993	1.670	865.564	868.227
ICBC	xiii	UHE São Simão	280	-	230.349	-	230.629	294	-	260.715	261.009
Deutsche Bank S.A.		Marangatu Holding	-	-	-	-	-	12.380	612.671	-	625.051
Deutsche Bank S.A.		Panati Holding	-	-	-	-	-	2.701	133.674	-	136.375
<b>Total</b>			<b>1.181</b>	<b>-</b>	<b>993.769</b>	<b>-</b>	<b>994.950</b>	<b>16.368</b>	<b>748.015</b>	<b>1.126.279</b>	<b>1.890.662</b>
<b>Debêntures</b>											
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 1	xiv	UHE São Simão	4.540	-	273.480	815.136	1.093.156	4.205	-	1.040.740	1.044.945
Pentagono Trustee - 1ª Emissão Tranche 2	xv	UHE São Simão	15.669	-	-	1.273.381	1.289.050	14.730	-	1.214.948	1.229.678
Banco Bradesco - 1ª Emissão	xvi	Marangatu Holding	52.693	-	652.287	-	704.980	-	-	-	-
Banco Bradesco - 1ª Emissão	xvii	Panati Holding	12.469	-	155.000	-	167.469	-	-	-	-
<b>Total</b>			<b>85.371</b>	<b>-</b>	<b>1.080.767</b>	<b>2.088.517</b>	<b>3.254.655</b>	<b>18.935</b>	<b>-</b>	<b>2.255.688</b>	<b>2.274.623</b>
<b>Derivativos</b>											
Banco BOCOM BBM	xii	UHE São Simão	876	-	-	-	876	1.013	-	-	1.013
ICBC	xiii	UHE São Simão	1.746	-	-	-	1.746	338	-	-	338
Deutsche Bank S.A.		Marangatu Holding	-	-	-	-	-	15.869	17.459	-	33.328
Deutsche Bank S.A.		Panati Holding	-	-	-	-	-	3.462	3.810	-	7.272
<b>Total</b>			<b>2.622</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.622</b>	<b>20.682</b>	<b>21.269</b>	<b>-</b>	<b>41.951</b>
<b>Total de dívidas</b>			<b>129.500</b>	<b>6.279</b>	<b>2.611.896</b>	<b>3.128.976</b>	<b>5.876.651</b>	<b>92.352</b>	<b>1.141.556</b>	<b>4.198.164</b>	<b>5.432.072</b>
<b>Derivativos ativo</b>											
Banco BOCOM BBM		UHE São Simão	-	-	(76.773)	-	(76.773)	-	-	(176.441)	(176.441)
ICBC		UHE São Simão	-	-	(23.416)	-	(23.416)	-	-	(53.367)	(53.367)
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(100.189)</b>	<b>-</b>	<b>(100.189)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(229.808)</b>	<b>(229.808)</b>
<b>Total de dívidas líquida</b>			<b>129.500</b>	<b>6.279</b>	<b>2.511.707</b>	<b>3.128.976</b>	<b>5.776.462</b>	<b>92.352</b>	<b>1.141.556</b>	<b>3.968.356</b>	<b>5.202.264</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As características das dívidas são apresentadas a seguir:

Item	Financiador	Companhia	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	1ª Emissão de Nota Comercial Série Única	SPIC	11/04/2023	BRL	CDI + 2,20%	Único	30/03/2023	30/03/2026
ii	Banco Nordeste do Brasil S.A.	Millennium	29/12/2005	BRL	9,50%	Mensal	29/12/2005	29/05/2026
iii	3ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	Marangatu Holding	08/07/2025	BRL	CDI + 0,50%	Único	08/07/2025	04/01/2026
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 1	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 1	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 2	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 2	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 3	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 3	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 4	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 4	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 5	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 5	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 6	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 6	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/10/2034
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 7	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 8	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 9	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 10	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 11	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Marangatu 12	26/03/2025	BRL	IPCA + 6,32%	Mensal	22/07/2025	15/05/2049
vii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Pedra de Amolar I	29/12/2022	BRL	IPCA + 4,31%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
viii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Pedra de Amolar I	29/12/2022	BRL	IPCA + 5,27%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
vii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Pedra de Amolar II	29/12/2022	BRL	IPCA + 4,31%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
viii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Pedra de Amolar II	29/12/2022	BRL	IPCA + 5,27%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
vii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Paraíso Farol II	29/12/2022	BRL	IPCA + 4,31%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
viii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Paraíso Farol II	29/12/2022	BRL	IPCA + 5,27%	Mensal	28/08/2025	15/07/2049
ix	1ª Emissão de NC - Itaú Unibanco S/A	Luiz Gonzaga Holding	08/09/2025	BRL	CDI + 0,84%	Único	10/09/2025	08/09/2026
x	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Luiz Gonzaga I	27/09/2024	BRL	IPCA + 5,17%	Mensal	01/04/2025	15/05/2048
xi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Luiz Gonzaga I	27/09/2024	BRL	IPCA + 11,00%	Semestral	28/03/2025	15/10/2034
x	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Luiz Gonzaga III	27/09/2024	BRL	IPCA + 5,17%	Mensal	01/04/2025	15/05/2048
xi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Luiz Gonzaga III	27/09/2024	BRL	IPCA + 11,00%	Semestral	28/03/2025	15/10/2034
xii	Banco BOCOM BBM	UHE São Simão	16/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Parcial Semestral	16/10/2023	17/10/2026
xiii	ICBC	UHE São Simão	19/10/2023	CNH	Pré 3,30%	Único	19/10/2023	19/10/2026
xiv	Pentágono Trustee - 1ª Emissão, 1ª série	UHE São Simão	15/10/2019	BRL	IPCA + 3,54%	Anual	13/11/2019	16/11/2029
xv	Pentágono Trustee - 2ª Emissão, série única	UHE São Simão	15/10/2021	BRL	IPCA + 5,8198%	Anual	15/10/2021	15/10/2036
xvi	Banco Bradesco - 1ª Emissão	Panati Holding	09/06/2025	BRL	CDI + 1,00%	Único	27/06/2025	25/06/2026
xvii	Banco Bradesco - 1ª Emissão	Marangatu Holding	09/06/2025	BRL	CDI + 1,00%	Único	27/06/2025	25/06/2026
	<b>Derivativo</b>	<b>Empresa</b>	<b>Data da assinatura</b>	<b>Moeda</b>	<b>Taxa de juros a.a.</b>	<b>Pagamento principal</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
xii	Banco BOCOM BBM	UHE São Simão	16/10/2023	BRL	CDI + 0,265%	Único	16/10/2023	19/10/2026
xiii	ICBC	UHE São Simão	16/10/2023	BRL	CDI + 0,23%	Único	16/10/2023	15/10/2026

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos é demonstrada abaixo:

		Controladora					
		Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Passivo Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos							
Principal		-	-	-	450.000	-	450.000
Juros		14.537	(68.435)	72.638	-	-	18.740
Custo de transação		-	-	-	(950)	760	(190)
		<b>14.537</b>	<b>(68.435)</b>	<b>72.638</b>	<b>449.050</b>	<b>760</b>	<b>468.550</b>
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos							
Principal		450.000	-	-	(450.000)	-	-
Custo de transação		(950)	-	-	950	-	-
		<b>449.050</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(449.050)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

		Controladora							
		Valor líquido em 31/12/2023	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>									
Swap		-	(59.895)	-	13.784	753	45.358	-	-
		<b>-</b>	<b>(59.895)</b>	<b>-</b>	<b>13.784</b>	<b>753</b>	<b>45.358</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos									
Principal		380.914	(445.359)	-	-	1.021	63.424	-	-
Juros		17.183	(72.165)	69.519	-	-	-	-	14.537
Custo de transação		(259)	-	-	-	-	-	259	-
Swap		5.247	(20.674)	17.562	13.784	2.147	(18.066)	-	-
		<b>403.085</b>	<b>(538.198)</b>	<b>87.081</b>	<b>13.784</b>	<b>3.168</b>	<b>45.358</b>	<b>259</b>	<b>14.537</b>
<b>Não circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos									
Principal		450.000	-	-	-	-	-	-	450.000
Custo de transação		(1.709)	-	-	-	-	-	759	(950)
		<b>448.291</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>759</b>	<b>449.050</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Swap	95.460	-	(17.864)	-	(1.899)	(26.199)	-	50.691	-	100.189
	<b>95.460</b>	<b>-</b>	<b>(17.864)</b>	<b>-</b>	<b>(1.899)</b>	<b>(26.199)</b>	<b>-</b>	<b>50.691</b>	<b>-</b>	<b>100.189</b>
<b>Não circulante</b>										
Swap	229.807	-	-	-	75.846	(96.322)	-	(209.331)	-	-
	<b>229.807</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>75.846</b>	<b>(96.322)</b>	<b>-</b>	<b>(209.331)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.121.278	235.465	(1.235.386)	-	1.499.886	(41.051)	-	(46.555)	-	1.533.637
Juros	52.735	-	(243.776)	216.916	15.827	-	-	(194)	-	41.508
Custo de transação	(991)	(5.052)	-	-	2.250	-	-	-	1.285	(2.508)
Swap	41.952	-	(137.679)	119.733	73.947	(95.331)	-	-	-	2.622
Debêntures										
Principal	-	887.917	(77.917)	-	258.868	-	14.612	-	-	1.083.480
Juros	18.934	637	(119.715)	185.514	-	-	-	-	-	85.370
Custo de transação	-	(2.789)	-	-	(5.976)	-	-	-	6.052	(2.713)
	<b>1.233.908</b>	<b>1.116.178</b>	<b>(1.814.473)</b>	<b>522.163</b>	<b>1.844.802</b>	<b>(136.382)</b>	<b>14.612</b>	<b>(46.749)</b>	<b>7.337</b>	<b>2.741.396</b>
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.949.913	708.570	-	-	(1.499.886)	9.619	-	(108.919)	-	1.059.297
Juros	-	1.405	-	20.701	(15.827)	-	-	-	-	6.279
Custo de transação	(7.437)	(9.278)	-	-	(2.250)	-	-	-	127	(18.838)
Debêntures										
Principal	2.302.835	-	-	-	(258.868)	-	85.721	-	-	2.129.688
Custo de transação	(47.147)	-	-	-	5.976	-	-	-	-	(41.171)
	<b>4.198.164</b>	<b>700.697</b>	<b>-</b>	<b>20.701</b>	<b>(1.770.855)</b>	<b>9.619</b>	<b>85.721</b>	<b>(108.919)</b>	<b>127</b>	<b>3.135.255</b>

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação monetária	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Swap	-	-	(100.482)	-	22.461	2.330	-	171.151	-	95.460
	-	-	(100.482)	-	22.461	2.330	-	171.151	-	95.460
<b>Não circulante</b>										
Swap	-	-	-	-	237.145	(20.197)	-	12.859	-	229.807
	-	-	-	-	237.145	(20.197)	-	12.859	-	229.807
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.991.766	1.040.280	(2.069.673)	-	7.988	(54.695)	-	205.612	-	1.121.278
Juros	74.229	-	(281.859)	260.366	-	-	-	-	-	52.736
Custo de transação	(274)	-	-	-	(992)	-	-	-	275	(991)
Swap	7.512	-	(89.922)	105.755	22.462	27.133	-	(30.989)	-	41.951
Debêntures										
Principal	-	-	(200.000)	-	200.000	-	-	-	-	-
Juros	20.763	-	(129.639)	127.810	-	-	-	-	-	18.934
Custo de transação	-	-	-	-	(6.222)	-	-	-	6.222	-
	2.093.996	1.040.280	(2.771.093)	493.931	223.236	(27.562)	-	174.623	6.497	1.233.908
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.318.820	374.718	-	-	(7.988)	48.739	-	215.625	-	1.949.914
Custo de transação	(1.718)	(7.758)	-	-	992	-	-	-	1.047	(7.437)
Swap	4	-	-	-	237.144	(34.076)	-	(203.072)	-	-
Debêntures										
Principal	2.394.469	-	-	-	(200.000)	-	108.364	-	-	2.302.833
Custo de transação	(53.368)	-	-	-	6.222	-	-	-	-	(47.146)
	3.658.207	366.960	-	-	36.370	14.663	108.364	12.553	1.047	4.198.164

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Controladora		Nacional	Estrangeira	Consolidado		
	Nacional	Total			Derivativos	Debêntures	Total
Circulante							
2026	468.550	468.550	520.121	994.950	(97.567)	1.223.703	2.641.207
	<b>468.550</b>	<b>468.550</b>	<b>520.121</b>	<b>994.950</b>	<b>(97.567)</b>	<b>1.223.703</b>	<b>2.641.207</b>
Não Circulante							
2027	-	-	52.526	-	-	262.117	314.643
2028	-	-	47.443	-	-	268.605	316.048
2029	-	-	47.351	-	-	269.190	316.541
2030	-	-	47.277	-	-	-	47.277
2031 até 2035	-	-	257.357	-	-	962.106	1.219.463
2036 até 2040	-	-	227.790	-	-	326.499	554.289
2041 até 2045	-	-	231.990	-	-	-	231.990
Após 2046	-	-	135.004	-	-	-	135.004
	-	-	<b>1.046.738</b>	-	-	<b>2.088.517</b>	<b>3.135.255</b>
Total	<b>468.550</b>	<b>468.550</b>	<b>1.566.859</b>	<b>994.950</b>	<b>(97.567)</b>	<b>3.312.220</b>	<b>5.776.462</b>

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2025

Consolidado										
Companhia	Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso BRL'000	Ingresso CNH'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
UHE São Simão	BOCOM BBM	17/10/2023	17/10/2026	688.450	1.000.000	Trimestral	CDI + 0,265% a.a.	840.218	764.321	75.897
UHE São Simão	ICBC	20/10/2023	24/10/2026	206.572	300.000	Trimestral	CDI + 0,23% a.a.	252.299	230.629	21.670
				<u>895.022</u>				<u>1.092.517</u>	<u>994.950</u>	<u>97.567</u>

As demais dívidas na controladora e nas suas controladas não contêm garantias atreladas a dívida.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 17.1 Condições restritivas (*covenants*)

#### 17.1.1 SPIC Brasil

A 1ª Nota Comercial da Companhia, emitida em 11 de abril de 2023, está sujeita ao índice financeiro correspondente ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,75x a partir de 2024 até o vencimento.

Considera-se:

(a) “Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) “EBITDA” (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

O *covenant* financeiro foi cumprido conforme as exigências demonstradas acima.

#### 17.1.2 UHE São Simão

##### 17.1.2.1 Financeiros (*Covenants*)

###### Empréstimos

Os empréstimos com o Banco BOCOM BBM e ICBC não possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras,

###### Debêntures

A 1ª e 2ª emissão debêntures estão sujeitas ao índice financeiro correspondente ao quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,5x a partir de 2024 até o vencimento

Considera-se:

(a) “Dívida Líquida” com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias anuais da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b) “EBITDA” (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia apurou o cumprimento dos *covenants* financeiros aplicáveis, os quais são calculados pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias-DCR tendo os índices permanecido dentro dos limites estabelecidos.

### 17.1.2.2 Não financeiros (*Covenants*)

#### Empréstimos

A Companhia avaliou os contratos do Banco BOCOM BBM e ICBC, os quais contêm cláusulas restritivas não financeiras de natureza padrão, tendo concluído que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as cláusulas contratuais aplicáveis.

#### Debêntures

A Companhia avaliou os contratos da 1ª e da 2ª emissão de debêntures, os quais contêm cláusulas restritivas não financeiras de natureza padrão, tendo concluído que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as cláusulas contratuais aplicáveis.

### 17.1.3 Millennium

As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fiança de acionista;
- Cessão dos recebíveis da Eletrobrás;
- Conta reserva – nota explicativa 10;
- Penhor de ações;
- Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL.

### 17.1.4 Panati Holding e Marangatu Holding

As Companhias realizaram em 9 de junho de 2025 sua 1ª Emissão de Debêntures, junto ao Banco Bradesco, com prazo de 12 meses e pagamento de principal e juros bullet.

As garantias concedidas pelas Companhias para a referida emissão compreendem: (i) Fiança Corporativa das Controladoras (ii) Alienação Fiduciária de Equipamentos; (iii) Alienação Fiduciária de Ações; (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

As debêntures não possuem cláusulas financeiras restritivas (índices financeiros).

Adicionalmente, as Companhias avaliaram o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 17.1.4.1 Complexo Panati-Sitiá

Em 28 de dezembro de 2023 as controladas Panati 1 a Panati 6 contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Itaú S.A. e pelo Banco do Brasil S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

Além das fianças apresentadas, a conclusão física e financeira do projeto só irá ocorrer no atingimento, nos últimos 12 (doze) meses consecutivos à medição, de geração de energia acumulada pelo projeto entregue no centro de gravidade equivalente a, no mínimo, o P90 da Certificação Solarimétrica conduzida pela Aeroespacial.

O Contrato Geral de Garantias estabelece *covenants* financeiro relacionado à capacidade de pagamento, aplicável ao exercício social de 2025, calculado conforme metodologia definida no contrato. O limite máximo estabelecido para o indicador é de 70%. Na data-base de avaliação, o índice apurado não atendeu ao limite contratual. Em decorrência do descumprimento do *covenants* financeiro, a Companhia obteve em 19 de dezembro de 2025 um *waiver* formal dos bancos fiadores em relação a essa obrigação.

Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

### 17.1.4.2 Complexo Marangatu

Em 26 de Março de 2025 as controladas Marangatu 7 à Marangatu 12 contrataram financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Santander S.A. e pelo Banco Bradesco S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

Além das fianças apresentadas, a conclusão física e financeira do projeto só irá ocorrer no atingimento, nos últimos 12 (doze) meses consecutivos à medição, de geração de energia acumulada pelo projeto entregue no centro de gravidade equivalente a, no mínimo, o P90 da Certificação Solarimétrica conduzida pela Aeroespacial.

O Contrato Geral de Garantias estabelece *covenants* financeiro que exige a observância de razão de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínima de 1,20x para o financiamento de longo prazo, o índice apurado não atendeu ao limite contratual. Em decorrência do descumprimento do *covenants* financeiro, a Companhia obteve em 24 de dezembro de 2025 um *waiver* formal dos bancos fiadores em relação a essa obrigação. Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 17.1.5 Luiz Gonzaga Holding

A Luiz Gonzaga Holding realizou em 2 de setembro de 2025 sua 1ª Emissão de Notas Comerciais, junto ao Banco Itaú, com prazo de 12 meses e pagamento de principal e juros bullet. As garantias concedidas pela Companhia para a referida emissão compreendem Fiança Corporativa das Controladoras.

As Notas Comerciais não possuem cláusulas financeiras restritivas (índices financeiros). A Companhia avaliou ainda que o contrato contém cláusulas restritivas não financeiras de natureza padrão, tendo concluído que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as cláusulas contratuais aplicáveis

#### 17.1.5.1 Complexo Luiz Gonzaga

Em 27 de Setembro de 2024 foi contratado financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Santander S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

O Contrato Geral de Garantias estabelece “Condições Para Pagamento Restrito” que significa (i) estar adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas no presente Contrato e em quaisquer operações junto ao Fiador; (ii) não ter ocorrido, ou estar em curso, uma Hipótese de Devolução da Fiança; e (iii) ter obtido o ICSD no período de 12 (doze) meses anteriores superior a 1,20x.

A Companhia apurou o cumprimento dos covenants financeiros aplicáveis, tendo os índices permanecido dentro dos limites estabelecidos.

Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

### 17.1.6 Central Eólica Pedra Amolar I e II e Paraíso Farol II

Em 29 de Dezembro de 2022 foi contratado financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Itaú S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

O Contrato Geral de Garantias estabelece *covenant* financeiro relacionado à capacidade de pagamento, calculado conforme a metodologia contábil definida no Anexo 8.1 (xlix) do referido contrato, cujo limite máximo de comprometimento é de 70%. O índice será verificado a partir de 2027, ano que inicia a amortização dos Contratos de Financiamento.

Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 18. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas realizam a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US\$ 5.000/ano. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos fixos atualizados por índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos e solares. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e são apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota explicativa 13) e Arrendamentos (nota explicativa 18).

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar do contrato de aluguel conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Controladora Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Aluguéis de imóveis	518	1.410	-	(461)	1.467
(-) Ajuste a valor presente	(32)	(219)	32	-	(219)
<b>Total</b>	<b>486</b>	<b>1.191</b>	<b>32</b>	<b>(461)</b>	<b>1.248</b>
Circulante	413				326
Não Circulante	73				922
<b>Total</b>	<b>486</b>				<b>1.248</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização financeira	Pagamentos	
Aluguéis de imóveis	-	958	-	(440)	518
(-) Ajuste a valor presente	-	(103)	71	-	(32)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>855</b>	<b>71</b>	<b>(440)</b>	<b>486</b>
Circulante	-	-	-	-	413
Não Circulante	-	-	-	-	73
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>486</b>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	207.124	(111.413)	83	(6.488)	89.306
Aluguéis de imóveis	52.640	1.168	-	(6.914)	46.894
(-) Ajuste a valor presente	(71.361)	13.672	6.048	-	(51.641)
<b>Total</b>	<b>188.403</b>	<b>(96.573)</b>	<b>6.131</b>	<b>(13.402)</b>	<b>84.559</b>
Circulante	7.344	-	-	-	8.108
Não Circulante	181.059	-	-	-	76.451
<b>Total</b>	<b>188.403</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>84.559</b>

	Consolidado						Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Outros	
Arrendamentos de terra	86.824	131.756	(6.806)	-	(4.650)	-	207.124
Aluguéis de imóveis	21.390	958	36.892	-	(6.255)	(345)	52.640
(-) Ajuste a valor presente	(55.848)	(15.767)	(6.628)	6.882	-	-	(71.361)
<b>Total</b>	<b>52.366</b>	<b>116.947</b>	<b>23.458</b>	<b>6.882</b>	<b>(10.905)</b>	<b>(345)</b>	<b>188.403</b>
Circulante	5.980	-	-	-	-	-	7.344
Não Circulante	46.386	-	-	-	-	-	181.059
<b>Total</b>	<b>52.366</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>188.403</b>

## 19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Encerramento de projetos	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	16.028	4.544	442	-	(6.876)	14.138
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	328	1.948	-	(2.107)	-	169
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.096	6.493	-	(6.468)	-	1.121
MME - Ministério de Minas e Energia	548	3.246	-	(3.234)	-	560
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	442	7.414	-	(7.394)	-	462
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	11.143	71.000	-	(71.397)	-	10.746
	<b>29.585</b>	<b>94.645</b>	<b>442</b>	<b>(90.600)</b>	<b>(6.876)</b>	<b>27.196</b>
Circulante	29.585	-	-	-	-	27.196
<b>Total</b>	<b>29.585</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.196</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	11.052	4.320	656	-	16.028
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - CDE	320	1.852	-	(1.844)	328
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	1.069	6.172	-	(6.145)	1.096
MME - Ministério de Minas e Energia	534	3.086	-	(3.072)	548
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	441	5.545	-	(5.544)	442
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.952	61.823	-	(59.632)	11.143
	<b>22.368</b>	<b>82.798</b>	<b>656</b>	<b>(76.237)</b>	<b>29.585</b>
Circulante	22.368				29.585
<b>Total</b>	<b>22.368</b>				<b>29.585</b>

## 20. Provisões - consolidado

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 20.1 Provisões para contingências

#### 20.1.1 Risco de perda provável

	Consolidado					Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamento	
Trabalhistas (i)	492	635	(255)	133	(21)	984
Cíveis (ii)	32	493	-	14	-	539
Fiscais (iii)	738	1.080	-	244	(70)	1.992
Ambientais	60	-	-	(60)	-	-
	<b>1.322</b>	<b>2.208</b>	<b>(255)</b>	<b>331</b>	<b>(91)</b>	<b>3.515</b>

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Pagamento	
Trabalhistas	441	183	14	- 146	492
Cíveis	381	-	77	- 426	32
Fiscais	-	561	211	- 34	738
Ambientais	57	-	3	-	60
	<b>879</b>	<b>744</b>	<b>305</b>	<b>(606)</b>	<b>1.322</b>

- Controlada UHE São Simão

**(i) Reclamação trabalhista** - 0010042-07.2023.5.03.0063; 0010552-20.2023.5.03.0063; 0010354-46.2024.5.03.0063; 0010167-04.2025.5.03.0063; 1000396-52.2025.5.02.0082; 0000573-04.2024.5.12.0013; 0010448-07.2023.5.18.0129; 0010585-52.2024.5.18.0129; 0011261-97.2024.5.18.0129; 0000485-04.2025.5.18.0129; 0000484-19.2025.5.18.0129; 0000483-34.2025.5.18.0129 e 0000482-49.2025.5.18.0129

A Companhia figurava no polo passivo de 13 reclamações trabalhistas, sendo 5 ajuizadas por ex-empregados (empregados próprios) e 8 (terceirizados). O valor total das causas, considerado de forma conjunta e atualizado, perfaz R\$ 931 em 31 de dezembro de 2025.

- Controlada Pacific Hydro

**(i) Reclamação Trabalhista - 1001035-79.2024.5.02.0058**

A Controlada está no polo passivo de uma reclamação trabalhista movida por empresa prestadora de serviços, de forma subsidiária. A primeira reclamada, real empregadora, está no polo e arcará com as despesas. O valor atualizado da causa é de R\$ 28 em 31 de dezembro de 2025.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Controlada Millennium

### **(iii) Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231**

Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com declaração de inexistência de relação jurídica tributária e pedido de liminar, ajuizada pela controlada Millennium contra o Município de Mataraca.

O objetivo da ação é declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como solicitar o reembolso dos valores pagos a esse título no ano de 2019. O passivo atualizado envolvido é de R\$ 157 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2024).

### **(iii) Impugnação de Lançamento - Processo nº 14751.720226/2013-75**

A Companhia discute, na esfera administrativa, Auto de Infração decorrente do Termo de Verificação Fiscal nº 0430100.2013.00023, que trata da glosa de despesas financeiras para fins de apuração do IRPJ e CSLL referentes ao ano-calendário de 2009.

A fiscalização concluiu pela indedutibilidade dos encargos financeiros registrados. A Companhia apresentou defesa sustentando que as despesas são necessárias e foram contratadas a taxas compatíveis com o mercado, em linha com precedentes favoráveis do CARF sobre o tema.

A impugnação foi rejeitada e a Companhia interpôs Recurso Voluntário, atualmente pendente de julgamento pelo CARF. O valor atualizado em discussão é de aproximadamente R\$1.109.

- Controlada Vale dos Ventos

### **(i) Reclamação Trabalhista - 0000423-96.2025.5.13.0033**

Trata-se de ação movida por ex-empregado terceirizado em face da empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial no parque eólico. O valor atualizado da causa é de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2025.

### **(iii) Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231**

Trata-se de ação anulatória de débito tributário, com declaração de inexistência de relação jurídica tributária e pedido de liminar, ajuizada pela controlada Millennium contra o Município de Mataraca.

O objetivo da ação é declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como solicitar o reembolso dos valores pagos a esse título no ano de 2019. O passivo atualizado envolvido é de R\$ 726 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 602 em 31 de dezembro de 2024).

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Controlada Panati-Sitia

### (ii) Constituição de Servidão – 0200327-48.2023.8.06.0151, 0200326-63.2023.8.06.0151, 0200325-78.2023.8.06.0151

Trata-se de ações cíveis de instituição de servidão administrativa para a passagem de linha de transmissão registrada na SPE Panati 1, perante a 1ª e 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá/CE, cujo valor conjunto dos processos, atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 42 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2024).

- Controlada SPIC Brasil Eólicas

### (ii) Ações de Constituição de Servidão de Passagem – 0800319-75.2025.8.20.5158, 0800321-45.2025.8.20.5158, 0800322-30.2025.8.20.5158, 0800324-97.2025.8.20.5158, 0800328-37.2025.8.20.5158, 0800330-07.2025.8.20.5158, 0800327-52.2025.8.20.5158, 0800333-59.2025.8.20.5158, 0800335-29.2025.8.20.5158, 0800757-04.2025.8.20.5158 e 0800755-34.2025.8.20.5158

Trata-se de ações judiciais com pedido preliminar, na qual as SPEs de Pedra de Amolar e Paraíso Farol, em fase de construção, buscam estabelecer uma servidão de passagem para a linha de transmissão através de uma parte da propriedade dos réus. Juntos, os processos somam R\$ 496 em 31 de dezembro de 2025.

## 20.1.2 Risco de perda possível

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas (i)	3.135	43	(126)	32	3.084
Cíveis (ii)	821	6.808	-	547	8.176
Fiscais (iii)	596.641	-	(3.538)	61.687	654.790
Ambientais	60	-	(30)	(30)	-
	<b>600.657</b>	<b>6.851</b>	<b>(3.694)</b>	<b>62.236</b>	<b>666.050</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	1.612	1.523	-	-	3.135
Cíveis	-	779	-	42	821
Fiscais	223.191	352.905	- 288	20.833	596.641
Ambientais	58	-	-	2	60
	<b>224.861</b>	<b>355.207</b>	<b>(288)</b>	<b>20.877</b>	<b>600.657</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Controlada UHE São Simão

**(i) Reclamação Trabalhista** - 1000386-30.2025.5.02.0010; 0011550-05.2025.5.15.0056; 0010365-27.2024.5.03.0176; 0001186-62.2025.5.18.0129

A Companhia figurava no polo passivo de 4 reclamações trabalhistas, ajuizadas por ex-empregados terceirizados. O valor total envolvido nas ações é de R\$ 3.040.

**(ii) Revisão Contratual (Civil)** - 1074290-23.2024.8.26.0100

A Companhia é parte passiva em uma ação de revisão contratual. O valor envolvido, atualizado em dezembro de 2024, é de R\$ 898.

**(iii) Ação Anulatória (IPTU)** - 5588271-16.2019.8.09.0173

A Companhia discute judicialmente a cobrança de IPTU referente ao exercício de 2012, no valor original de R\$ 5.775, lançada pelo Município de São Simão/GO. A ação anulatória foi ajuizada em outubro de 2019, com garantia do juízo por carta fiança, tendo sido concedida liminar para suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Após decisões favoráveis e desfavoráveis nas instâncias ordinárias, o Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2024, proferiu decisão monocrática favorável à Companhia, anulando acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás. Atualmente, o processo encontra-se sobrestado, por decisão publicada em 13 de maio de 2025, aguardando o julgamento do Tema nº 1.297 da Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal. O valor atualizado da demanda é de R\$38.102.

**(iii) Manifestações de Inconformidade Tributária (PER/DCOMP)** - 10880939160-2019-54; 10880939159-2019-20; 10880939157-2019-31; 10880939158-2019-85; 10880946039-2019-08; 10880.947153/2023-11; 10880.937690/2023-44; 10880.947149/2023-44; 10880.947151/2023-13; e 10880.947155/2023-00.

A Companhia recebeu dez autos de infração em decorrência da não homologação integral de PER/DCOMPs, os quais têm origem em Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) ainda pendentes de homologação pela Receita Federal do Brasil. Em razão disso, os respectivos PER/DCOMPs também não foram homologados.

Em face das autuações, a Companhia apresentou dez manifestações de inconformidade, sustentando a necessidade de homologação das DCTFs e, por consequência, dos PER/DCOMPs. O valor total envolvido nas manifestações é de R\$ 53.767.

**(iii) Auto de Infração** - 19614.724361/2021-98 e 13074-733.985/2023-36

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil em razão de divergência quanto à forma de tributação dos rendimentos decorrentes da exploração da concessão de geração de energia elétrica doas anos de 2017 e 2018. As autoridades fiscais entendem que a tributação deveria incidir sobre o lucro contábil, ajustado apenas pela amortização da subvenção paga pela concessão, enquanto a Companhia adotou como base de cálculo os valores efetivamente faturados e realizados.

A Companhia sustenta a correção de seus procedimentos, por entender que a exigência fiscal resulta na tributação de lucros não realizados, decorrentes do regime contábil aplicável às concessões de serviços públicos. Foram apresentadas defesas administrativas em janeiro de 2024. Em 23 de agosto de 2024, foi proferida decisão de primeira instância indeferindo a impugnação, tendo sido interposto Recurso Voluntário em 20 de setembro de 2024.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 2 de dezembro de 2024, o processo foi distribuído no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), sob a relatoria do Conselheiro Alberto Pinto Souza Júnior. Em 30 de julho de 2025 o julgamento do CARF foi convertido em diligência fiscal para esclarecimentos adicionais por parte da Receita Federal do Brasil, encontrando-se o processo, atualmente, em fase de diligência, com manifestações já apresentadas pela Companhia.

O valor total exigido nos autos de infração, atualizado até dezembro de 2025, é de R\$ 172.912.

### **(iii) Auto de Infração - 19614.721.818/2024-55 e 13074.738.169/2024-08**

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para exigência de IRPJ e CSLL referentes aos períodos de dezembro de 2019 e dezembro de 2020, em decorrência da desconsideração de ajustes realizados na apuração do lucro relacionados à concessão de geração de energia elétrica. Segundo as autoridades fiscais, tais ajustes não seriam admissíveis, resultando na cobrança de tributos sobre lucros reconhecidos apenas sob o regime contábil aplicável às concessões, os quais não representam valores efetivamente faturados e realizados pela Companhia.

No Processo nº 13074.738.169/2024-08, discute-se o não reconhecimento das DCTFs retificadoras relativas aos referidos períodos. A defesa administrativa foi apresentada em dezembro de 2024, estando o processo atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), aguardando inclusão em pauta para julgamento.

O Processo nº 19614.721.818/2024-55 refere-se ao Auto de Infração propriamente dito, após decisão desfavorável em primeira instância, a Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF em novembro de 2025, encontrando-se o processo distribuído e pendente de julgamento.

O valor total atualizado da exigência é de R\$390.009, não havendo decisão administrativa definitiva até a presente data.

### Controlada Pacific Hydro Energia

- Controlada Marangatu

### **(i) Reclamação Trabalhista – Processo nº 0000807-85.2025.5.22.0105**

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada por ex-empregado terceirizado, em face da empresa prestadora de serviços de vigilância patrimonial, relacionada à prestação de serviços no site de Marangatu. A Companhia figura no processo na qualidade de tomadora dos serviços, não sendo a empregadora direta do reclamante. O valor atualizado atribuído à causa é de aproximadamente R\$ 44 em 31 de dezembro de 2025.

### **(ii) Auto de Infração SEMARH/PI – Processos administrativos 20245.31/0505; 20245.31/0506; 20245.31/0507 e 20245.31/0508**

A Companhia é parte em processos administrativos ambientais instaurados pela SEMARH/PI, decorrentes de Autos de Infração relacionados ao Complexo Solar Marangatu. As atuações referem-se à alegada inobservância de condicionantes da Licença de Instalação. A defesa sustenta a inexistência de infração, considerando que a autoridade ambiental tinha ciência da execução das obras e autorizou a operação mediante condicionante posterior, os processos seguem em tramitação administrativa, sem decisão final. O valor atualizado à causa é de aproximadamente R\$ 7.278 em 31 de dezembro de 2025.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 20.2 Provisão para desmobilização

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para desmobilização	20.969	5.783	2.267	29.019
	<b>20.969</b>	<b>5.783</b>	<b>2.267</b>	<b>29.019</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para desmobilização	30.430	-	(10.288)	827	20.969
	<b>30.430</b>	<b>-</b>	<b>(10.288)</b>	<b>827</b>	<b>20.969</b>

A Companhia, com o auxílio de especialistas aprimorou durante o exercício de 2025 suas estimativas para os custos de desmobilização do complexo solar de Luiz Gonzaga, as quais entraram em operação durante o exercício de 2025.

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 29.019 (R\$ 20.969 em 31 de dezembro de 2024), refere-se à provisão para descomissionamento dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium e parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos e solares (Nota explicativa 13).

O cálculo do valor da provisão para desmobilização dos parques eólicos Vale dos Ventos e Millennium foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.

O cálculo do valor da provisão para desmobilização dos parques solares de Panati-Sitiá e Marangatu foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 8,35% a.a..

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 21. CAPEX melhorias - consolidado

As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão.

A partir da aprovação do projeto de modernização, a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No dia 20 de dezembro de 2021 a Companhia assinou o contrato número 22842 referentes ao plano de modernização das unidades geradoras da UHE São Simão. As empresas que executarão a modernização das unidades geradoras serão a GE Energias Renováveis e a Powerchina Brasil Construtora Ltda., com previsão de conclusão em 2030 e investimentos de R\$ 646.698. As garantias previstas em contrato são: "PCG (Parent Company Guarantee)", "Performance Securities" (Garantia no valor de 10%, referente à cada seção e com vigência até a entrada em operação) e "Warranty Securities" (Garantia no valor de 5%, referente à cada seção e com vigência desde a entrada em operação até o período final da garantia técnica).

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa 14 e demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Provisão CAPEX melhorias	788.986	38.462	-	(160.852)	666.596
(-) Ajuste a valor presente	(137.111)	(6.661)	52.092	-	(91.680)
<b>Total</b>	<b>651.875</b>	<b>31.801</b>	<b>52.092</b>	<b>(160.852)</b>	<b>574.916</b>
Circulante	129.214				194.709
Não Circulante	522.661				380.207
<b>Total</b>	<b>651.875</b>				<b>574.916</b>

	Saldo em 31/12/2023	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Provisão Capex melhorias	782.504	229.487	-	(223.005)	788.986
(-) Ajuste a valor presente	(135.806)	(50.212)	48.907	-	(137.111)
<b>Total</b>	<b>646.698</b>	<b>179.275</b>	<b>48.907</b>	<b>(223.005)</b>	<b>651.875</b>
Circulante	102.275				129.214
Não Circulante	544.423				522.661
<b>Total</b>	<b>646.698</b>				<b>651.875</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.730.330 (R\$ 4.100.519, em 31 de dezembro de 2024), representado por 4.730.330.194 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 2025 houve um aumento de capital na importância de R\$ 629.811.000.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Capital subscrito	4.811.997	4.811.996	4.100.519	4.100.519
(-) Capital a integralizar	(81.667)	(81.667)	-	-
	<b>4.730.330</b>	<b>4.730.330</b>	<b>4.100.519</b>	<b>4.100.519</b>

A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade e de ações	R\$ mil	% capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% capital social
SPIC Green Energy Ltd.	4.730.329	4.730.329	99,99998 %	4.100.518	4.100.518	99,99998 %
SPIC Pacific Energy PTY Ltd.	1	1	0,00002%	1	1	0,00002%
	<b>4.730.330</b>	<b>4.730.330</b>	<b>100%</b>	<b>4.100.519</b>	<b>4.100.519</b>	<b>100%</b>

#### a. Destinação dos lucros:

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios de 2025 e 2024 e, portanto, não efetuou destinação de resultado.

O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

Acionistas	% Participação	Dividendos / JSCP a receber			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
UHE São Simão	51%	242.167	87.219	-	-
SPIC Comercializadora	100%	2.176	1.957	-	-
		<b>244.343</b>	<b>89.176</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Acionistas	% Participação	Dividendos a pagar			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
SPIC Green Energy Ltda.	100%	899.820	899.820	899.820	899.820
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	-	-	166.192	59.856
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	-	-	33.239	11.971
CPD Energy investment Co. limited	7%	-	-	33.239	11.971
		<b>899.820</b>	<b>899.820</b>	<b>1.132.490</b>	<b>983.618</b>

### 23. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

#### Controladas Vale dos Ventos e Millennium:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos com a Eletrobrás para atendimento ao Proinfa.

#### Controlada UHE São Simão:

b) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

c) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

d) Receita de atualização do ativo financeiro da concessão: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento da bonificação de outorga e atualizada mensalmente pelo IPCA.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



e) Receita de O&M – Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo do fluxo de recebimento para suprir os gastos com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG e atualizado mensalmente pelo IPCA.

Controladas Panati-Sitia, Marangatu e Luiz Gonzaga:

f) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

	Consolidado	
	2025	2024
Suprimento mercado livre	798.322	654.812
Energia de curto prazo	37.781	29.274
Fornecimento - Geração própria	2.339	-
Receita RBO	1.134.083	1.157.765
Receita de O&M	641.213	614.737
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.613.738</b>	<b>2.456.588</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	(32)	-
PIS/COFINS	(232.557)	(221.235)
	<b>(232.589)</b>	<b>(221.235)</b>
Encargos do consumidor		
P&D	(16.231)	(15.430)
TFSEE	(10.315)	(5.306)
CFURH	(71.000)	(61.824)
	<b>(97.546)</b>	<b>(82.560)</b>
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(330.135)</b>	<b>(303.795)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.283.603</b>	<b>2.152.793</b>

## 24. Custos e despesas (por natureza)

	Controladora			
	2025		2024	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Pessoal e Administradores	(21.122)	(21.122)	(15.240)	(15.240)
Material	(151)	(151)	(218)	(218)
Serviços de terceiros	(5.096)	(5.096)	(7.719)	(7.719)
Serviços de auditoria	(287)	(287)	(315)	(315)
Depreciação	(580)	(580)	(540)	(540)
Amortização	(898)	(898)	(869)	(869)
Aluguéis e arrendamentos	(310)	(310)	(1.130)	(1.130)
Outras	(1.933)	(1.933)	(1.992)	(1.992)
<b>Total</b>	<b>(30.377)</b>	<b>(30.377)</b>	<b>(28.023)</b>	<b>(28.023)</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	2025			2024		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(116.958)	-	(116.958)	(57.163)	-	(57.163)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(317.498)	-	(317.498)	(293.169)	-	(293.169)
Pessoal e Administradores	(38.170)	(88.535)	(126.705)	(35.080)	(89.470)	(124.550)
Material	(3.072)	(1.403)	(4.475)	(3.448)	(1.218)	(4.666)
Serviços de terceiros	(61.602)	(45.262)	(106.864)	(46.138)	(54.552)	(100.690)
Serviços de auditoria	(401)	(954)	(1.355)	(241)	(1.072)	(1.313)
Depreciação	(131.276)	(7.579)	(138.858)	(99.653)	(6.626)	(106.279)
Amortização	(104.340)	(6.942)	(111.282)	(97.103)	(2.095)	(99.198)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.122)	(386)	(1.508)	(579)	(183)	(762)
Aluguéis e arrendamentos	(2.903)	(2.676)	(5.579)	(1.368)	(5.607)	(6.975)
Perdas na desativação de bens	(20)	-	(20)	(109)	-	(109)
Outras	(17.367)	(13.159)	(30.526)	(9.976)	(17.248)	(27.224)
(-) Impostos diferidos sobre ativo imobilizado	1.196	-	1.196	1.196	-	1.196
(-) Outras receitas (i)	-	11.322	11.322	-	2.302	2.302
<b>Total</b>	<b>(793.536)</b>	<b>(155.574)</b>	<b>(949.110)</b>	<b>(642.831)</b>	<b>(175.769)</b>	<b>(818.600)</b>

(i) Receita no valor de R\$ 11.011 referente a compra vantajosa na aquisição do complexo solar Luiz Gonzaga pela controlada Pacific Hydro Brasil Ltda.

## 25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	16.695	7.763	100.023	56.504
Multa e juros s/ energia vendida	-	-	86	-
Descontos Obtidos	-	-	43	714
Variação monetária	1.355	-	2.295	62
Outros juros e variações monetárias	11.256	8.804	17.407	24.735
Outras receitas financeiras	-	-	58	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(1.365)	(843)	(5.725)	(4.130)
<b>Receitas financeiras total</b>	<b>27.941</b>	<b>15.724</b>	<b>114.187</b>	<b>77.885</b>
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamento	(73.398)	(101.442)	(350.684)	(348.292)
Debêntures	-	-	(191.566)	(134.032)
Atualização arrendamento	(32)	(71)	(5.832)	(6.586)
Atualização Capex melhoria	-	-	(52.092)	(48.907)
Atualização P&D	-	-	(442)	(656)
Provisão para desmobilização	-	-	(2.267)	(827)
Atualização de contingências	-	-	(327)	(305)
Variação monetária	-	-	(100.465)	(108.389)
Outras despesas financeiras	(1.464)	(2)	(9.162)	(2.306)
<b>Despesas financeiras total</b>	<b>(74.894)</b>	<b>(101.515)</b>	<b>(712.837)</b>	<b>(650.300)</b>
Variação monetária/cambial líquida				
Variação cambial	(19.408)	21.082	(18.236)	13.665
<b>Total variação monetária/cambial líquida</b>	<b>(19.408)</b>	<b>21.082</b>	<b>(18.236)</b>	<b>13.665</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(66.361)</b>	<b>(64.709)</b>	<b>(616.886)</b>	<b>(558.750)</b>

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 26. Imposto de renda e contribuição social

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade:

(i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidada	
	2025	2024
IRPJ - Corrente	(159.598)	(110.290)
CSLL - Corrente	(62.177)	(43.555)
<b>Total IRPJ/CSLL - Corrente</b>	<b>(221.775)</b>	<b>(153.845)</b>
IRPJ - Diferido	(60.575)	(92.830)
CSLL - Diferido	(21.836)	(33.418)
<b>Total IRPJ/CSLL - Diferido</b>	<b>(82.411)</b>	<b>(126.248)</b>
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	<b>(304.186)</b>	<b>(280.093)</b>

Composição da alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(8.438)	(186)	638.107	399.715
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	2.869	63	(216.956)	(135.903)
<i>Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes permanentes:</i>				
Equivalência Patrimonial	30.022	(32)	(89.174)	(54.405)
Despesas Inedutíveis	122	-	60.544	64.025
Efeito da adoção ao Lucro Presumido - controladas	-	-	12.359	-
Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ - Lucro da Exploração	-	-	6.954	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(33.013)	(31)	(79.035)	(36.735)
Outros	-	-	1.122	9.173
<b>Imposto de renda e contribuição social efetivos</b>	-	-	<b>(304.186)</b>	<b>(153.845)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	-	-	(221.775)	(153.845)
Diferido	-	-	(82.411)	-
	-	-	<b>(304.186)</b>	<b>(153.845)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	-	-	<b>-47,67%</b>	<b>-38,49%</b>

### Impostos diferidos

Os saldos de ativos diferidos líquidos de passivos refletem os efeitos fiscais na controlada Vale dos Ventos.

Os saldos de passivos diferidos líquidos de ativos refletem os efeitos fiscais nas controladas UHE São Simão, SPIC Comercializadora e Millennium.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Consolidado					
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
<b>Prejuízos Fiscais</b>	10.826	13.801	-	-	(2.975)	(2.567)
<b>Base negativa da contribuição social</b>	3.897	4.968	-	-	(1.071)	(924)
	14.723	18.769	-	-	(4.046)	(3.491)
<b>Diferenças Temporárias</b>						
Provisões PLR	8.942	8.673	-	-	269	(499)
Arrendamentos e aluguéis	4.657	3.799	-	-	858	1.882
Descomissionamento	-	-	11.865	16.295	4.430	4.429
Outros	723	43	162	-	519	(69)
Ativo financeiro da concessão	-	-	906.351	810.883	(95.468)	(117.763)
Instrumentos financeiros - Swap	2.056	2.577	-	-	(521)	421
Debêntures	195.640	161.450	-	-	34.190	37.531
Amortização Capex Melhorias	(109.441)	(85.394)	-	-	(24.047)	(48.689)
Outras	1.336	-	2.193	-	1.405	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<b>103.913</b>	<b>91.148</b>	<b>920.571</b>	<b>827.178</b>	<b>(78.365)</b>	<b>(122.757)</b>
<b>Total bruto</b>	<b>118.636</b>	<b>109.917</b>	<b>920.571</b>	<b>827.178</b>	<b>(82.411)</b>	<b>(126.248)</b>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(108.030)	(99.824)	(108.030)	(99.824)	-	-
<b>Total</b>	<b>10.606</b>	<b>10.093</b>	<b>812.541</b>	<b>727.354</b>		

Natureza dos Cálculos	Consolidado							
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízos Fiscais</b>	13.801	16.367	-	-	(2.567)	(3.683)	-	-
<b>Base negativa da contribuição social</b>	4.968	5.892	-	-	(924)	(1.326)	-	-
	18.769	22.259	-	-	(3.491)	(5.009)	-	-
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Adições temporárias	12.472	11.158	16.295	20.724	5.743	7.421	-	-
Ativo financeiro da concessão	43	-	810.883	693.077	(117.763)	(102.339)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	2.577	2.156	-	-	421	(11.476)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(26.250)
Instrumentos financeiros - Debêntures	161.450	123.919	-	-	37.531	32.867	-	-
Amortização Capex Melhorias	(85.394)	(36.705)	-	-	(48.689)	(43.454)	-	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<b>91.148</b>	<b>100.528</b>	<b>827.178</b>	<b>713.801</b>	<b>(122.757)</b>	<b>(116.981)</b>	-	(26.250)
<b>Total bruto</b>	<b>109.917</b>	<b>122.787</b>	<b>827.178</b>	<b>713.801</b>	<b>(126.248)</b>	<b>(121.990)</b>	-	(26.250)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(99.824)	(113.471)	(99.824)	(113.471)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.093</b>	<b>9.316</b>	<b>727.354</b>	<b>600.330</b>				

## 27. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

### Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propõe a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perdas esperadas no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

### Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge*, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de valor justo.

No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa 17 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

### Hedge de valor justo

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos quando tiver ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração serão reconhecidos no resultado da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

#### *a) Risco de crédito*

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 87.795 (R\$ 76.219 em 31 de dezembro de 2024) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

#### *b) Risco de taxa de juros*

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos

#### *c) Risco de taxa de câmbio*

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (CNH).

#### *d) Risco de liquidez*

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### e) Dívida em moeda estrangeira e seus derivativos

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos foi designada e qualificada como *hedge* de valor justo e reconhecidas no resultado financeiro. A opção pelo valor justo teve o intuito de eliminar ou reduzir inconsistências de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos. Em 31 de dezembro de 2025, as dívidas em moeda estrangeira e seus derivativos foram reconhecidos no resultado da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					31/12/2024
	31/12/2025					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	13.294	12.006	-29	-	25.271	25.960
Empréstimos e financiamentos	468.550	-	-	-	468.550	463.587
Partes relacionadas	-	-	188	-	188	-
Arrendamentos e Aluguéis	82	245	922	-	1.248	486
<b>Total</b>	<b>481.926</b>	<b>12.251</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>495.257</b>	<b>490.033</b>

	Consolidado					31/12/2024
	31/12/2025					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	154.214	14.492	28.479	-	197.185	165.510
Empréstimos e financiamentos	472.712	2.260.103	1.017.272	2.123.942	5.874.029	5.390.121
Partes relacionadas	-	-	971	-	971	971
Arrendamentos e Aluguéis	1.559	6.550	19.141	57.310	84.559	188.403
Provisão - Capex melhorias	49.804	144.905	380.207	-	574.916	651.875
Derivativos	2.622	-	-	-	2.622	41.951
<b>Total</b>	<b>680.911</b>	<b>2.426.050</b>	<b>1.446.070</b>	<b>2.181.252</b>	<b>6.734.282</b>	<b>6.438.831</b>

### Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2025		31/12/2024		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	251.909	251.909	67.402	67.402	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos com partes relacionadas	207.230	207.230	195.974	195.974	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos	24.856	24.856	24.658	24.658	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos moeda nacional	468.550	468.550	463.587	463.587	Custo amortizado
Arrendamentos	1.248	1.248	486	486	Custo amortizado
Partes relacionadas	188	188	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	25.271	25.271	25.960	25.960	Custo amortizado

# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado				Categoria
	31/12/2025		31/12/2024		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	803.702	803.702	421.037	421.037	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	87.795	87.795	76.219	76.219	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	7.889.357	7.889.357	7.608.309	7.608.309	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	207.230	207.230	195.974	195.974	
Outros ativos	77.894	77.894	64.890	64.890	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	100.189	100.189	325.267	325.267	Valor justo por meio de resultado
Caixa restrito	112.904	112.904	15.004	15.004	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos moeda nacional	1.624.424	1.624.424	1.224.836	1.224.836	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos moeda estrangeira	994.950	994.950	1.890.662	1.890.662	Valor justo por meio de resultado
Debêntures	3.254.655	3.254.655	2.274.623	2.274.623	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos	2.622	2.622	41.951	41.951	Valor justo por meio de resultado
Arrendamentos	84.559	84.559	188.403	188.403	Custo amortizado
Partes relacionadas	971	971	971	971	Custo amortizado
Fornecedores	197.185	197.185	165.510	165.510	Custo amortizado

## Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## Instrumentos financeiros derivativos

A controlada UHE São Simão mantém empréstimo em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposta ao risco de câmbio e são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela política aprovada, por meio da contratação de derivativos do tipo *swap* para proteger o risco cambial do fluxo de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira.

As operações de *swap* vigentes consistem na troca da variação cambial por uma correção em taxa pré-fixada.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 montam em R\$ 994.950 (R\$ 1.890.662 em 31 de dezembro de 2024).

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando as curvas no encerramento do exercício divulgadas pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda em aberto no fim do período de relatório:

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



<u>Contratos em aberto</u>	<u>Encargos dos empréstimos</u>	<u>Taxa prefixada do swap</u>	<u>Notional R\$</u>	<u>Valor justo R\$</u>
Banco BOCOM BBM	Pré 3,30%	CDI + 0,265% a.a.	782.856	75.897
ICBC	Pré 3,30%	CDI + 0,27% a.a.	235.800	21.670

### Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

Consolidado			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V	
Empresa	Operação	Principal	Taxa	(-0,50)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,50)
SPIC Brasil	1ª Emissão de Nota Comercial	450.000	CDI + 2,22%	10.743	14.714	18.587	22.365	26.054
Panati Holding	1ª Emissão de debentures	155.000	CDI + 1,0000%	6.708	9.582	12.406	15.183	17.914
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	58.333	IPCA + 4,73%	200.652	270.017	356.925	465.550	600.999
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11,00%	8.842	10.157	11.587	13.139	14.824
Marangatu Holding	1ª Emissão de Debêntures	655.000	CDI + 1,00%	28.111	40.150	51.979	63.608	75.048
Marangatu Holding	3ª Emissão de Nota Comercial	176.300	CDI + 0,50%	7	10	13	16	19
Marangatu 7	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.575	IPCA + 6,3245%	338.824	451.923	595.530	777.409	1.007.186
Marangatu 8	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.553	IPCA + 6,3245%	338.846	451.923	595.274	777.431	1.007.209
Marangatu 9	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.577	IPCA + 6,3245%	338.822	451.921	595.528	777.407	1.007.184
Marangatu 10	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.559	IPCA + 6,3245%	338.840	451.939	595.545	777.424	1.007.202
Marangatu 11	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	56.936	IPCA + 6,3245%	339.463	452.562	596.169	778.048	1.007.825
Marangatu 12	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	57.568	IPCA + 6,3245%	338.831	451.930	595.537	777.416	1.007.193
Luiz Gonzaga Holding	1ª Emissão de Nota Comercial	55.000	CDI + 0,84%	3.239	4.670	6.086	7.487	8.874
Luiz Gonzaga I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.000	IPCA + 4,40%	345.186	464.405	614.981	804.688	1.043.114
Luiz Gonzaga I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	10.000	IPCA + 11,00%	20.733	23.816	27.167	30.807	34.757
Luiz Gonzaga III	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.000	IPCA + 4,40%	345.186	464.405	614.981	804.688	1.043.114
Luiz Gonzaga III	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	10.000	IPCA + 11,00%	20.733	23.816	27.167	30.807	34.757
Pedra de Amolar I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	87.846	IPCA + 4,31%	306.758	420.700	565.762	749.967	983.288
Pedra de Amolar I	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	1.340	IPCA + 5,27%	4.680	6.418	8.632	11.443	15.003
Pedra de Amolar II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.295	IPCA + 4,31%	262.930	360.593	484.929	642.816	842.801
Pedra de Amolar II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	1.111	IPCA + 5,27%	4.013	5.504	7.402	9.812	12.865
Paraíso Farol II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	37.659	IPCA + 4,31%	131.503	180.349	242.535	321.502	421.524
Paraíso Farol II	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	559	IPCA + 5,27%	1.951	2.676	3.598	4.770	6.255
UHE São Simão	1ª Emissão debentures 1ª série	775.000	IPCA + 3,54%	268.565	326.829	386.909	448.842	512.665
UHE São Simão	2ª Emissão debentures Série única	1.055.000	IPCA + 5,81%	1.754.694	2.134.680	2.556.686	3.024.836	3.543.605
UHE São Simão	Loan BOCOM BBM	688.450	CDI + 0,26%	41.907	61.919	81.793	101.535	121.149
UHE São Simão	Loan ICBC	206.572	CDI + 0,23%	12.448	18.417	24.343	30.229	36.075

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Outros riscos considerados relevantes

#### a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

O ambiente tributário brasileiro encontra-se em processo de mudanças estruturais em razão da aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, que substituirá os tributos atuais PIS, Cofins, ICMS, ISS e parte do IPI pelos novos CBS, IBS e Imposto Seletivo. A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional.

O processo regulatório segue em evolução, com leis complementares aprovadas em 2024 e 2025 e ajustes adicionais realizados pelo Congresso, incluindo alterações em regimes específicos, benefícios fiscais e isenções. Essas definições podem afetar as bases de cálculo, alíquotas, regras de creditamento e incentivos aplicáveis às operações da Companhia.

Diante desse cenário, permanece incerteza relevante quanto aos impactos finais das mudanças tributárias sobre a apuração de tributos, reconhecimento contábil, margens e fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora continuamente a tramitação legislativa e os atos normativos que regulamentam o novo sistema, avaliando eventuais efeitos materiais que possam surgir em períodos subsequentes.

#### c) Mudanças climáticas

A Companhia é grande contribuinte para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais.

Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso hídrico que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

#### d) Debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado das debêntures são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguro de D&O (*Directors and Officer*) para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$124.000 (limite compartilhado pelo Grupo SPIC Brasil) com período de vigência de 08 de novembro de 2025 a 08 de novembro de 2026. Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$2.851.788 e Responsabilidade Civil Geral com limite no montante R\$120.000 ambos com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026 (total consolidado das controladas operacionais). Responsabilidade Civil Obras no montante de R\$50.000 com vigência de 27 de janeiro de 2025 a 01 de agosto 2026 e Riscos de Engenharia Civil no montante de R\$350.000 com vigência de 27 de janeiro de 2025 a 01 de agosto 2027 (limite compartilhado entre os projetos em construção).

### 29. Transações que não afetaram o caixa

	Nota	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Atividades de Investimento			
Ativo de direito de uso – correção contratual	13	(94.408)	140.405
Imobilizado – Adição (baixa) de desmobilização	14	2.360	(10.289)

### 30. Eventos subsequentes

#### SPIC Brasil

Em 15 de janeiro de 2026 a Companhia recebeu aporte de capital da Controladora State Power Investment Corporation China, no montante de R\$ 81.667.

Em 05 e 20 de fevereiro de 2026 e 05 de março de 2026 a Companhia efetuou aportes de capital na controlada Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. no montante total de R\$ 85.083. Os aportes serão utilizados nas obras de construção dos parques eólicos Pedra de Amolar I e II e Paraíso Farol II e III.

Em 24 de março de 2026 a Companhia captou 2º Nota Comercial junto ao Banco Itaú no valor de R\$470.000. O prazo de vencimento deste empréstimo será em 24 de março de 2030 e taxa de juros de CDI + 0,52% a.a..

Em 30 de março de 2026 a Companhia liquidou a Nota Comercial Série Única junto ao Banco Itaú no valor R\$486.988.

#### UTE GNA II

Em 19 de dezembro de 2025 a Companhia UTE GNA II celebrou a Escritura da 2ª Emissão de Debentures com o desembolso no montante total de R\$ 750.000 ocorrendo em 14 de janeiro de 2026 em duas séries de R\$375.000 cada com a primeira série com vencimento em 2045 e a segunda série com vencimento em 2042. Os montantes advindos das debentures teve sua destinação completa ao resgate antecipado e liquidação das Notas Comerciais Escriturais com o pagamento integral dos valores de amortização e juros de R\$756.227 em 21 de janeiro de 2026.

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### SPIC Brasil Eólicas

Em 27 de janeiro de 2026 a controlada SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. captou Nota de Crédito junto ao Banco BBM no valor de R\$ 168.000.

### Marangatu Holding

Em 02 de janeiro de 2026 a controlada Marangatu liquidou a Nota de Crédito junto ao Banco Itaú no valor de R\$ 7.899.

### Complexo Panati/Sitiá e Complexo Marangatu

A Lei nº 15.269/2025 assegurou às geradoras de energia elétrica o direito ao ressarcimento pelos cortes de geração decorrentes de Restrições de Disponibilidade Externa e de Confiabilidade Elétrica, referentes ao período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025.

A Administração avaliou os requisitos legais e concluiu que as Companhias atendem aos critérios para eventual recebimento do ressarcimento. Todavia, os valores ainda não foram definidos, pois dependem de regulamentação e de deliberações futuras dos órgãos reguladores.

O direito ao ressarcimento está condicionado à adesão voluntária ao termo de compromisso previsto na referida lei, que contempla, entre outros aspectos, a renúncia a ações judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* e a habilitação da Companhia para participar do mecanismo de apuração, cálculo e liquidação, a ser operacionalizado pelo ONS e pela CCEE.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não havia deliberado sobre a adesão ao referido termo, mantendo o acompanhamento do processo regulatório para posterior tomada de decisão.

### UHE São Simão

Em 18 de março de 2026, a controlada UHE São Simão foi vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP), mecanismo do setor elétrico brasileiro destinado a assegurar a disponibilidade de capacidade de geração de energia para atendimento da demanda do Sistema Interligado Nacional nos momentos de maior necessidade. O projeto vencedor prevê a instalação de uma nova unidade geradora (UG7) na Usina Hidrelétrica de São Simão, o que resultará na ampliação da capacidade instalada da usina em 310 MW.

### **Composição da Diretoria**

Adriana Waltrick  
Diretora Geral

Guy Ishikawa  
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza  
Contadora  
CRC - 1SP145065/O-9